

Editorial



Após uma semana de intensas discussões sobre a água como bem público universal, este boletim ecoa a paixão feminina de Vandana Shiva, que, descendo do Himalaia, se fez presente no Vale dos Sinos para testemunhar a sua luta contra a privatização da água, das sementes, enfim, da vida. Igualmente ecoa neste número a voz ética, profundamente humanística, de Riccardo Petrella, advogando que as Nações Unidas, neste Ano Internacional da Água Doce, declarem que a água é um bem público universal, portanto, nunca passível de ser apropriado privadamente, e que o acesso à água é um direito humano fundamental e inalienável.

Para a Unisinos e o IHU, esta semana marcou também o início do projeto Humanitas Arte e do lançamento do sítio do IHU: www.ihu.unisinos.br

Neste número, ainda destacamos os três artigos na editoria Análise de Conjuntura. Francisco de Oliveira, Tarso Genro e Luiz Carlos Bresser Pereira

*ajudam a entender melhor o atual momento político brasileiro.
A todos e todas uma ótima semana e boa leitura!*

“EU SIGO A MINHA CONSCIÊNCIA, VOU PARA ONDE MEU SENSO DE REALIDADE ME LEVAR”

Entrevista com Vandana Shiva

Vandana Shiva, doutora em física quântica, indiana, participou do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, realizado na Unisinos, nos dias 20 a 22 de maio. Vandana Shiva encerrou o evento com a conferência ‘O planeta água e a emergência da vida’. Após almoçar com a coordenação do IHU, ela concedeu, em inglês, uma longa entrevista ao IHU On-Line que publicamos a seguir. Após esta entrevista, ela recebeu a revista Superinteressante e concedeu uma coletiva à imprensa local. Ela também se reuniu, sempre gentilmente acompanhada pela profa. Dra. Valburga S. Streck, ativa participante do IHU, com o grupo temático Relações de Gênero, da área de concentração Ética, Cultura e Cidadania do IHU.

Vandana Shiva, atualmente diretora de pesquisa da *Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy*, é autora de inúmeros livros, entre os quais, ***Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento***. Petrópolis: Vozes, 2001. Seu último livro intitula-se ***Water Wars. Privatization, pollution and profit***. New Delhi: India Research Press, 2002. Este livro foi originalmente editado nos EUA, no mesmo ano. Como a entrevista foi concedida em inglês e devido a premência do tempo, pedimos, antecipadamente, desculpas por eventuais deslizes de tradução e revisão. De Vandana Shiva publicamos uma entrevista no *IHU On-Line*, edição 57, de 28/4/03, p. 5.

IHU On-Line- Quais os desafios enfrentados que a levaram a se comprometer com a luta ecológica?

Vandana Shiva- Senti-me diretamente atingida, na medida em que me identifiquei com as cheias dos rios próximos à minha casa, com as florestas nas quais eu cresci e como eu tenho acompanhado o desaparecimento dessas florestas, eu assisti a um movimento proveniente de nossa região liderado por mulheres camponesas. Elas saíram de suas casas, abraçaram as árvores e disseram: “Vocês não podem cortar essas árvores”. Isso aconteceu nos anos 70. Isso me comoveu muito e eu passei a fazer parte deste movimento. E todos os anos alguma coisa nova acontecia, novas destruições, novas ameaças. Então eu comecei a usar meu tempo e minha energia para apoiar o movimento e conseqüentemente deixei a universidade para abrir um instituto, assim eu pude pesquisar e apoiar os movimentos.

Mas desde a segunda guerra mundial, na Europa, tudo vem sendo privatizado. Formas de vida vêm sendo patenteadas, os servidores de água vêm sendo privatizados. Para mim isso se tornou a questão existencial ética mais importante da espécie humana.

IHU On-Line- Algumas pessoas a consideram uma ativista radical. Como a senhora se definiria?

Vandana Shiva- – Eu, na verdade, não me encaixo em nenhum rótulo. Eu me vejo seguindo a minha consciência, indo para onde meu senso de realidade me levar. E sou solidária com os problemas que as mulheres têm enfrentado, com o movimento feminista, com o movimento ecológico, com o movimento dos camponeses, com o movimento agrícola. Muitos destes movimentos estão criando novas políticas.

Gandhi: sua inspiração

IHU On-Line- Qual a influência de Gandhi na sua vida?

Vandana Shiva – O que mais me inspira em Gandhi é a sua capacidade de pensar em formas de agir quando não há mais esperança. Por exemplo, em 1987, eu fiquei sabendo, participando de uma conferência, como a indústria biotecnológica será vista futuramente. Com todo o mundo sendo patenteado, toda a vida sendo patenteada, todos os gêneros alimentícios sendo patenteados, toda a nossa comida e nossa saúde estarão nas mãos de, no máximo, cinco empresas. Então, eu disse para mim mesma: “É preciso tomar alguma providência para não deixar que a vida de bilhões de pessoas fique nas mãos de uma dezena de líderes. E o primeiro pensamento que vêm à minha cabeça é Gandhi e a sua capacidade de lutar contra o império britânico. E pensando nesse grande desafio de lutar contra um enorme armamento imperial, armas, balas de canhão, eu descobri qual é o grande desafio de hoje. E então eu cheguei à conclusão de que grande parte do meu trabalho busca por um ato criativo que poderia vir a ser um ato de resistência. Isso sim poderia mudar a forma como as pessoas vivem suas vidas.

A segunda coisa que admiro em Gandhi e que também foi uma coisa que meus pais me ensinaram durante toda a vida é que nenhum poder é tão forte a ponto de forçar alguém a fazer algo que não queira.

E a forma como Gandhi colocava esse ensinamento era afirmando que nenhuma superstição ou crença criada pelo homem poderia ditar que as injustiças e as leis injustas devam ser obedecidas.

Então, de certa forma, minha verdadeira inspiração em Gandhi está em imaginar como ele influenciaria os poderosos a mudarem sua maneira de ver o próprio poder.

IHU On-Line- Quais são os aspectos mais nocivos na prática da biopirataria?

Vandana Shiva- – Existem três coisas muito ruins relacionadas à biopirataria. A primeira delas é o roubo, e o roubo é sempre ruim. A segunda coisa é que roubar o patrimônio adquirido coletivamente pelas culturas indígenas é o mesmo que negar a elas uma futura revolução no conhecimento, no que diz respeito aos seus direitos. E o terceiro motivo pelo qual a biopirataria é ruim é que ela envolve uma “limpeza” das patentes, monopolizando o conhecimento de outros povos e negando-lhes o direito do acesso aos alimentos, medicamentos, sementes, todos os elementos básicos para a sobrevivência.

A doença da privatização de tudo

IHU On-Line- Como as universidades podem lutar contra a monopolização do conhecimento?

Vandana Shiva – Esta é uma pergunta muito pertinente, pois ontem fui informada de que o vírus da SARS (Síndrome Respiratória aguda grave, doença de causas desconhecidas que foi identificada em regiões de Ásia, América e Europa) foi patenteado. A forma como as universidades devem reagir a essa propriedade intelectual é basicamente se tornando parte do movimento que defende e define o domínio público. A universidade é um sistema público. O conhecimento gerado no sistema público deve ser um conhecimento público, conhecimento esse, a que todos devem ter acesso. É assim que tem sido através dos tempos e agora essa nova praga que é o ato civil de privatizar doenças começou, da mesma forma que a privatização do conhecimento. É como uma doença e está afetando sistemas públicos, apoiados por recursos públicos, incentivando a privatização desses resultados. E as regras que as universidades deveriam seguir são: Primeiro – Trata-se de uma questão moral. As universidades prestam um serviço público, elas têm que defender o domínio público desses serviços. Segundo – A privatização pode lucrar com os conhecimentos, mas nunca a privatização será capaz de incentivar a criação e o desenvolvimento do conhecimento. Terceiro - Não há interesse em desenvolver projetos que não sejam passíveis de gerar lucros.

Os EUA e a exportação de patentes

IHU On-Line- E como vê o lugar dos EUA nesse monopólio do conhecimento?

Vandana Shiva – Eu olho para o grande número de patentes nos EUA e os vejo andando em círculos com o objetivo de ganhar dinheiro em cima das patentes que possuem. A exportação de patentes está se transformando em seu maior produto gerador de lucro. É um instrumento sem qualidade. É por isso que os EUA têm a maior fonte de biopirataria patenteada. Eles estão adquirindo patentes em um período em que não podem produzir mais. Esse tipo de indústria não é competitiva, pois não é mais produtora, e uma economia sem produção é, na verdade, um economia morta. Os EUA, hoje, estão vivendo de duas coisas: uma delas é a máquina militar, a máquina de guerra, e a outra é o monopólio de idéias que nega às pessoas o direito ao conhecimento.

Monsanto inventa da dados

IHU On-Line- O que você diria às pessoas que, no RS e no Brasil, discutem possíveis vantagens dos organismos geneticamente modificados?

Vandana Shiva – Veja o que aconteceu no meu País. Quando foi descoberto que era possível que cidades, provavelmente de acordo com a Multinacional Monsanto, tivessem mercadorias transgênicas plantadas pelos fazendeiros, o governo ordenou a destruição deste material uma vez que é ilegal. E o que é ilegal, é ilegal. E quando a Monsanto perdeu a colheita do algodão transgênico que abastecia quatro estados na Índia, foi dito que a renda dos fazendeiros era de 10.000 rupias. Eles tinham que ganhar 10.000 rupias, mas tiveram um prejuízo total de 7.000 rupias. Nós temos monitorado as colheitas na Índia bem de perto. Eu tenho a impressão de que levaram Monsanto à corte suprema porque eles mentiram dizendo que a vida dos agricultores era maravilhosa, afirmavam que eles iriam ficar ricos, mas essa não era a verdade. Empresas transnacionais “inventam dados” e “pregam a contaminação” de lavouras com transgênicos, forçando uma “política do fato consumado”.

Ser feminista é viver sem medo

IHU On-Line- Que significa ser feminista neste século?

Vandana Shiva – Não ser observada só por que você não é um homem. Ser feminista é reconhecer que você não é menos do que ninguém. É viver sem medo. Meu trabalho com mulheres começou há trinta anos atrás, pois desde então venho lutando pelos problemas sociais. Eu trabalhei com agricultoras na defesa das florestas. Um mês atrás, eu estava com várias mulheres lutando contra a Coca-Cola que estava destruindo as reservas hídricas. Todo esse trabalho é baseado no salvamento de sementes. Naturalmente esse trabalho é desenvolvido por mulheres pois elas são salvadoras de sementes nativas. E nós organizamos e coordenamos a aliança nacional de mulheres para alimentação e água. E é essa organização que desafia a importação de alimentos transgênicos. E apesar da embaixada dos EUA fazer muita pressão para a importação de alimentos transgênicos, essa aliança de mulheres foi capaz de conseguir que o governo mandasse de volta dois navios com 10.000 quilos de alimentos transgênicos. A forma como eu vejo isso é que a globalização é uma ambição global tentando tirar a economia das mulheres. As mulheres têm estado encarregadas da comida, da água, das sementes. As corporações querem fazer trilhões de dólares com a água, com as sementes e estão contabilizando quantos trilhões podem ganhar com os alimentos. Então, eu vejo que o real contexto de hoje é o capitalismo global, um poder patriarcal querendo possuir tudo, tentando vender tudo e fazer dinheiro privatizando o que pertence ao povo. E se a resistência for grande, mas os movimentos populares simbolizarem mais dramaticamente a economia feminina, ao invés de propriedades privadas, de posse de tudo, teremos parceria em tudo. Uma economia de divisão, não de possuir e vender. E não haverá nenhum futuro se não unirmos nossas forças e fizermos com que as alternativas dessas mulheres sejam viáveis.

Fórum Social Mundial

IHU On-Line- Você olha com esperança para o movimento surgido nos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre?

Vandana Shiva – Eu acho que o Fórum Social Mundial foi uma importante plataforma para articular as alternativas nas quais as pessoas estão trabalhando. Mas como mulher, tenho sempre colocado a vida, o fazer, a atitude em maior prioridade do que um fórum. O fórum é bom para coletar energia, mas a real energia vem da prática. Sendo assim, o Fórum Social pode servir como uma importante reflexão da energia que vive em cada comunidade, em cada lar, em cada fazenda, em cada país, na vida de todos. Resumindo, é maravilhoso ver milhares de pessoas juntas, mas a real mudança virá das seis bilhões de pessoas. E os processos que têm que ter lugar para essas seis bilhões de pessoas deve ser tanto locais como globais.

Negar a água é negar a vida

IHU On-Line- O que mais nos deve preocupar em relação à crise da água?

Vandana Shiva—Em primeiro lugar, não estamos renovando o suficiente. Nosso sistema econômico e de produção é de alto risco para a poluição da água. Em segundo lugar, vivemos uma crise real pois ao invés de estarmos buscando uma solução coletiva para a crise da água, estamos sendo encorajados a achar uma solução através da privatização. E a privatização vai acabar excluindo desse processo pessoas marginalizadas, de baixa renda. E negar o direito à água é negar o direito à vida.

A água é a entrada para o divino

IHU On-Line- As diversas religiões podem ter uma influência decisiva na defesa da água como direito fundamental de todos?

Vandana Shiva – Se eu precisasse definir a minha religião, eu a chamaria de religião da terra. Eu acho que as religiões cumprem um papel muito importante, mas nós, hoje em dia, estamos vivendo em uma encruzilhada. Você pode ir por dois caminhos: um deles é trazer a espiritualidade para dentro das preocupações das pessoas. Porque qualquer crime, seja violar os limites da injustiça seja violar os limites biológicos, torna-se possível devido à ignorância dos valores espirituais. Todas as religiões têm tratado a água como sagrada. Não existe uma única religião que não tenha tratado a água como um elemento purificador. Você pode ir a uma mesquita ou a uma igreja, a templos ou reservas indígenas que verá que todos têm a água como entrada para o divino. Você vai para o divino através dela. Mas como temos essa possibilidade de renovar nossas vidas através da religião, existe também uma outra tendência. Essa segunda seria militarizar a religião a serviço da globalização baseada na exclusão que é, hoje em dia, um fenômeno comum nos EUA e na Índia. Mas essa religião não pode nos ajudar a proteger a natureza, pois é uma religião vazia. Sendo assim, nós precisamos da cura das religiões tanto quanto precisamos da cura da terra pela religião.

IHU On-Line- Qual o legado mais importante que podemos deixar às próximas gerações?

Vandana Shiva- Eu acho que pelo menos estamos aptos a ensinar as gerações que estão por vir que só teremos paz se vivermos nos limites da ecologia. Existem dois limites. Um deles é a obediência aos limites ecológicos que realmente restringem a condição humana. E o outro é o limite da justiça social de dividir, todos devem dividir. E isso é, na verdade, educar para a sobrevivência das espécies. Se continuarmos ensinando a gerações futuras como construir edifícios, ares-condicionados, computadores e não capacitá-los a ter o conhecimento básico nem ensiná-los as obrigações para viver neste Planeta, não teremos futuro.

E eu acho que foi por esta razão que começamos uma pequena escola, uma pequena iniciativa que eu chamo de educação para adquirir cidadania, aprender como ser um cidadão da terra, construir uma solidariedade planetária não somente com humanos mas também com todas as espécies.

“ACREDITO NUMA DEMOCRACIA GLOBAL A PARTIR DA ÁGUA”

Entrevista com Riccardo Petrella

*Riccardo Petrella, proferiu a conferência de abertura do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, no dia 20 de maio. Riccardo Petrella, professor de economia na Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Bélgica, tornou-se mundialmente conhecido com o livro *The Limits to Competition*, traduzido para o português. Participou da equipe de Jacques Delors na União Européia como chefe do Departamento de Previsão e Avaliação na área de Ciência e Tecnologia – Fast – quando se tentava aprofundar o conteúdo social da União Européia como um projeto político com um projeto político com o qual as pessoas comuns poderiam se*

relacionar. Ele também é muito conhecido pelos leitores do jornal **Le Monde Diplomatique**. É a segunda vez que Riccardo Petrella visita a Unisinos. Em 2001, participou do Simpósio Internacional O Ensino Social da Igreja e a Globalização. A sua conferência está publicada no livro com o mesmo título, Editora Unisinos, 2002. Sempre solícito e apaixonado, Riccardo Petrella concedeu esta entrevista ao IHU On-Line.

IHU On-Line- Qual é sua maior contribuição na reflexão da questão sobre a água?

Riccardo Petrella- Eu trabalho sobre o conceito de bem comum. Eu não entendo nada de água como técnico. Entendo muito sobre água como economista, e meu pequeno aporte nessa questão tem contribuído para deslocar o problema da água exclusivamente da problemática ambiental para o de gestão de recursos naturais como parte de uma política meio-ambiental, fazendo da água um problema de política de vida, de política social, de política de luta contra o capitalismo mundial, de política para a democracia. A água não é somente um recurso natural, é democracia, é igualdade, é fraternidade, é direito de todos. Essa é minha pequena contribuição nos últimos quatro ou cinco anos.

Parlamento Mundial da Água

IHU On-Line- O Sr. fala na possibilidade de um parlamento mundial da água. Isso é possível em um tempo em que as forças internacionais não conseguiram evitar uma guerra?

Riccardo Petrella- Precisamente, toma-se a água como mero recurso natural e se faz política de gestão com mecanismos meramente tecnológicos, financeiros, consensuais, mas se verifica que, no campo da saúde, do transporte, etc., a democracia parlamentar está declinando. A tendência é desqualificar a democracia representativa. A sociedade hoje não acredita em representação. Ao constatar isso, eu me pergunto: “Como impedir este processo de destruição da democracia representativa?” Minha convicção é que a água é um campo, porque é multidimensional, campo da vida, da fraternidade, da solidariedade. Campo no qual as pessoas devem participar da política de utilização para a indústria, a agricultura, a casa, a energia, a sacralidade; no qual se podem promover instituições representativas que podem reforçar, reequilibrar o declínio da democracia representativa. É um campo de experimentação social, de experimentação política, de inovação para a democracia internacional, porque as pessoas não acreditam que é possível a democracia internacional. Você acredita?

IHU On-Line- Acredito, mas...

Riccardo Petrella- ...não, não, todo o mundo acredita, mas, mas... É isso. As pessoas não acreditam. Até as pessoas progressistas não acreditam. As pessoas progressistas acreditam que o máximo da democracia representativa é a nação, que não é possível organizar a democracia global.

Água: fonte da democracia internacional

IHU On-Line- E o Sr. acredita?

Riccardo Petrella- Eu acredito, porque penso que, com a água, é possível organizar a democracia internacional. Os dominantes acreditam na democracia representativa, oligárquica. Por exemplo, os grupos dominantes pensam que o comércio é o campo no qual se pode experimentar o governo mundial. A OMC é a democracia entre Estados, dizem os dominantes, o órgão de resolução dos conflitos, o Tribunal Internacional Penal, democracia inter-estatal. E eu acho que não é o comércio, é a água, o bem comum, a vida, que pode levar à organização de uma democracia internacional. As bolsas financeiras são uma forma de democracia dos poderosos. Eu estou convencido de que, em 20, 30 anos, se pode realizar a democracia como uma forma de representação, uma estrutura de regulação político-democrática, a partir da água.

A ilegalidade da pobreza

IHU On-Line- O Sr. afirma que a água deve ser revista sob as óticas do direito e do bem comum?

Riccardo Petrella- Água como direito e como bem comum. Pelo direito, se deve lutar contra a pobreza. Por isso eu acho que se deve declarar a ilegalidade da pobreza. Como foi declarada ilegal a escravatura, no século XXI, deve ser declarada a ilegalidade da pobreza. Como bem comum, se deve fazer o reconhecimento da humanidade como o centro jurídico. Não pode haver bem comum mundial sem o reconhecimento de uma autoridade pública mundial. E essa é a humanidade, não é a nação ou a federação de nações. Provavelmente, foram necessários 30, 40 anos. Espero que, com a aceleração da história, se possa fazer em 15 anos.

A Humanidade: centro jurídico

IHU On-Line- Isso implicaria uma organização social totalmente diferente da atual, sobretudo em relação ao papel do Estado?

Riccardo Petrella- Absolutamente. Temos necessidade de uma organização social diferente que reflita uma visão social diferente da vida e do mundo. Em relação à vida, que é ela? Como se pode aceitar uma visão social que diz que a vida nos mantém a todos? Todos querem direitos humanos para todos e há 2,7 bilhões de pessoas que não têm direito à vida. Que sociedade é a nossa? Deve-se definir alguns deveres e serviços comuns. Se estamos em um processo histórico de globalização, ela significa bens e serviços públicos comuns globais. Senão que globalização é essa? A globalização da internet? A globalização financeira? Também é importante o conceito de responsabilidade e solidariedade mundial. Você é responsável pelo mundo, não nós, você. E não podemos dizer são os japoneses, os EUA, claro que eles o são, mas o conceito de solidariedade é: você é responsável. Outro aspecto a trabalhar é a democracia. Estamos em democracia. Eu estou bem, porque faço parte dos poderosos e para mim isso é democracia, mas e os outros o que fazem? Isso não é democracia, é o poder do povo poderoso. É necessário promover a democracia para o global, partindo do local. Outro elemento é o da sacralidade da vida; não penso na religião, e sim na sacralidade. As pessoas devem saber que essas coisas não se podem reduzir a uma mercadoria. A vida é sagrada. O ar, a cultura, a memória, a água, as árvores são sagradas.

A teoria do possível é antidemocrática

IHU On-Line- Quais são as principais resistências que dificultam a declaração da água como direito humano?

Riccardo Petrella- Potentes pragmáticos que traduzem tudo para uma questão de gestão. Todos os grupos, também os progressistas que participam de uma visão da vida em termos de oportunidade, gestão para realizar a máxima eficácia. Cultura da vida gestionária. Há muita gente assim. Eles consideram a política como a arte do possível. O que é possível no mundo de hoje? É possível somente o que o poder aceita como possível. A teoria do possível é antidemocrática. Concepção elitista e excludente. O que é possível é só aquilo que os dirigentes pensam que é bom para promover as relações de poder e de interesse existentes, porque o poder não pode aceitar como possível a mudança destas relações. Se há uma tecnologia nova que é mais favorável à remuneração do trabalho na repartição da produtividade, os dominantes dizem não, não é possível. São possíveis todas as inovações que permitem uma redistribuição mais favorável da produtividade ao capital. O possível é o politicamente correto.

O acesso à água: direito humano fundamental

IHU On-Line- Quais são as grandes mentiras sobre a água, além da que o Sr. assinalava na sua conferência que não é nos países onde mais cresce a população que mais aumenta o consumo de água?

Riccardo Petrella- É uma verdade falsa dizer que, quando há um custo deve haver uma solução de economia de mercado. É uma verdade falsa dizer que finanças públicas são destinadas a serem pobres. Que o poder público não pode investir em bens comuns como a água, por exemplo. Que os bens necessários à vida se devem fazer com dinheiro privado. É uma verdade falsa dizer que globalizar implica liberalização, desregularização e privatização. É falso dizer que a globalização atual é a única possível, que a privatização baixa os preços (baixa-os no início, depois eles sobem mais que os serviços públicos); que a privatização traz investimento. Em Atlanta, a empresa Suez foi eliminada, três anos depois do contrato, era um contrato de 20 anos, mas a comunidade de Atlanta a expulsou, porque aumentava o preço, mas não fazia as inversões prometidas. A Suez se retirou também de Buenos Aires. e Manila, porque, na hora de fazer investimentos, ela não os fez. Não são menores os preços, não é melhor a qualidade, não são maiores os investimentos, não é menor a corrupção. É uma mistificação que faz acreditar na privatização como solução.

Michel Camdessus: o que se pode esperar dele?

IHU On-Line- O que o Sr. achou do Fórum Mundial da Água em Kyoto?

Riccardo Petrella- Afortunadamente estavam os amigos canadenses que fizeram protestos. A proposta de Michel Camdessus para o financiamento da água para todos, que foi apresentado como um documento revolucionário, foi uma solução proposta pelo sistema capitalista liberal, não é nenhuma novidade. Eu li todo ele, nada de novo. Ele é vice-presidente da Comissão Internacional de Justiça e Paz da Igreja Católica. É uma pessoa muito consultada pelo Papa sobre assuntos financeiros. Que vou esperar de alguém que foi diretor do FMI e que, quando aconteceu a crise dos países da Ásia em 97, ele disse que o sistema financeiro ia onde sentia cheiro de sangue?. Ele explicou que a crise de 97 não foi do sistema financeiro internacional, foi que os países da Ásia não liberalizaram suficientemente. Não pelo excesso de liberalização, e sim pela falta de liberalização. E ele é da Comissão de JP! Há muitas coisas boas no mundo católico e há muitas coisas más também...

IHU On-Line- Dentro das boas, quais destacaria?

Riccardo Petrella- As populações das bases estão muito, muito bem, não todas, mas uma grande maioria na América Latina, África, Ásia, muito ativas, autênticas. O tema da paz é muito forte também. Estas pessoas tentam praticar o evangelho, a dignidade humana, o amor ao próximo.

IHU On-Line- Como o Sr. se define? Socialista? Anarquista?...Ou não se identifica com nenhum desses grupos?

Riccardo Petrella- Sou socialista, sou cristão, sou um pouquinho anárquico, tudo isso. A luta é pelo direito à vida.

IHU On-Line- Quais foram os autores que mais o ajudaram a formar seu pensamento?

Riccardo Petrella- Muitos, não tenho um ou algum. Tenho 62 anos. Já li muito. Quando tinha 25 anos pensava bem diferente de hoje. Não dá para citar este ou aquele. Creio que mais que pensadores me influenciaram os problemas das pessoas, as viagens. Não necessitamos de pensadores. Necessitamos de um pensador para entender a guerra do Iraque? Para ser contra a globalização? Para ser contra o espírito imperial, necessitamos ser anárquicos? Em princípio

devemos buscar a liberdade, a anarquia, como reação, depois devemos buscar a organização democrática. Para sentir emocionalmente, não precisamos pensadores, a vida nos faz. Acho que meu eu, teu eu, não sou eu que faço, não es tu que fazes, meu eu é feito para todos os outros, sou um produto dos outros, os outros me fazem. É isso que é a democracia, porque os outros não me fazem sem minha autorização e vice-versa.

OS COMITÊS DE BACIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Entrevista com Viviane Nabinger

Viviane Nabinger, arquiteta, é secretária executiva do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – COMITESINOS – e integrante do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Bacias Hidrográficas. Ela participou do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, ministrando, no dia 22 de maio, a oficina 'Experiências de comitês de bacias hidrográficas no RS'. A seguir acompanhe a entrevista concedida ao IHU On-Line.

IHU On-Line- *De que maneira a lei prevê o envolvimento da população no planejamento dos próprios rios?*

Viviane Nabinger- A Constituição Federal, ao estabelecer o domínio estatal das águas – as águas, no território brasileiro, são ou de domínio da união ou dos estados – revolucionou todo o processo de relacionamento do homem com este bem natural. União e estados passam a ser, constitucionalmente, responsáveis pelo gerenciamento (administração) dos recursos hídricos. As políticas públicas, nesta área, estão sendo implementadas pelos respectivos Sistemas de Recursos Hídricos (nacional e estaduais), que trazem avanços e inovações especialmente quanto ao envolvimento da sociedade para a tomada de decisões sobre o planejamento das águas das bacias hidrográficas. As intervenções que resultem em melhoria da qualidade e da quantidade da oferta da água são decisões a serem tomadas coletivamente, pela sociedade de uma determinada bacia, pois será esta sociedade que deverá assumir os custos decorrentes.

IHU On-Line- *Quais são hoje os principais desafios na questão hidrográfica no RS ?*

Viviane Nabinger- Os principais desafios, no RS, em relação aos recursos hídricos estão associados ao papel que a sociedade local deve assumir na sua responsabilidade de tomar as decisões relativas às águas, a partir dos acordos estabelecidos entre os diferentes setores que têm interesses nas águas.

Além disso, há a urgência de o Estado, gestor das águas, consolidar os instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos, que são a base jurídico-legal e administrativa de sustentação e de concretização das decisões tomadas pela sociedade. Não há medida ou decisão política que possa ser tomada coletivamente e que possa efetivamente ser implementada sem que haja a correspondente legislação que as fundamentem e lhes dêem sustentação.

IHU On-Line- *Quais são os desafios mais urgentes e as conquistas do Comitesinos?*

Viviane Nabinger- Os desafios mais urgentes do Comitesinos, assim como os dos demais Comitês de Bacia instituídos no território nacional, são os de dispor dos instrumentos legais para o cumprimento das suas atribuições: decidir sobre o planejamento dos recursos hídricos. Sem estes, qualquer avanço que represente melhoria da qualidade e da quantidade das águas são apenas conquistas, conquistas importantes, porém obtidas por negociação, por convencimento, mas que não asseguram o caráter permanente e crescente indispensáveis e próprios do processo de gerenciamento. Superadas ou desconsideradas as questões

institucionais e legais que limitam e engessam a atuação do Comitê, a urgência de intervenção na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos se dá na coleta e tratamento dos esgotos domésticos, pois são 346 mil metros cúbicos de esgotos lançados *in natura* nas águas que abastecem cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes.

Na linha das conquistas deste Comitesinos, podemos citar a intermediação feita pelo Comitê que resultou no acordo estabelecido entre uma das companhias de abastecimento local e uma indústria da região.

O lançamento de efluentes líquidos industriais orgânicos, em elevada quantidade, nas águas do Rio dos Sinos colocava em permanente risco o abastecimento público da população, nos períodos de estiagem. A suspensão do fornecimento de água tratada para parte da população de três municípios da região quase chegou a se transformar em calamidade pública. A ação do Comitesinos, nesta situação, foi decisiva para a solução de um grave problema local. No gerenciamento, este tipo de ação é identificada como “intermediação para dirimir conflitos dos usos das águas ou dos usos compartilhados das águas”.

Outra grande conquista, e que é uma das mais importantes ações do Comitesinos, na atualidade, é a formulação e execução do Projeto Peixe Dourado, em parceria com a Unisinos. A investigação científica desta espécie de peixe, associada ao processo de mobilização social pela educação ambiental, tem criado o cenário apropriado para que a comunidade local, identificada com o dourado, se envolva e assuma as responsabilidades sobre a melhoria da qualidade das águas da bacia hidrográfica.

IHU On-Line- Qual está sendo a experiência dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil e para que tipo de problemas eles são uma solução?

Viviane Nabinger- Muito mais do que tratar da melhoria da qualidade e da quantidade das águas, que é o grande desafio dos Comitês, as experiências no território nacional demonstram o importante papel que hoje está sendo exercido pelos Comitês de Bacia, de mobilizar e envolver a sociedade para a tomada de decisão. A isso chamamos descentralização do poder. A contribuição que tem sido dada na formação e na preparação das comunidades (que pressupõem a socialização das informações pertinentes) para o exercício das suas competências no gerenciamento dos recursos hídricos, a de participação nas discussões e a de sua inclusão na tomada de decisões que envolvem interesses setoriais sobre a água, geradores de conflitos, e, como tal, exigem a negociação e o consenso, talvez seja a maior e melhor experiência vivenciada no nosso país, nestes últimos anos.

IHU On-Line- De que maneira o RS vem administrando seus recursos hídricos?

Viviane Nabinger- O Estado do Rio Grande do Sul sempre se caracterizou pelo pioneirismo com que tratou as questões relacionadas aos recursos hídricos. Apesar de ser um Estado com grande volume de águas, relativamente bem distribuídas nas três grandes regiões hidrográficas – região hidrográfica do Guaíba, região hidrográfica do Uruguai e região hidrográfica do Litoral - enfrenta problemas de gestão, de administração deste recurso natural. Racionar e racionalizar o uso das águas foi uma das decisões tomadas pelo Estado quando, em 1988, instituiu o Comitesinos, primeiro Comitê de Bacia de rios de domínio do Estado (lembro que há rios de domínio da União) a ser oficialmente instalado no território nacional.

Tanto a legislação do RS como as experiências desenvolvidas pelos Comitês gaúchos e, particularmente as deste Comitesinos, são referência e modelo para os demais Comitês instituídos no território nacional. Diante deste papel de pioneirismo e liderança, foi criado, numa iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Fórum Nacional de Comitês de Bacias. O Fórum Nacional, como instrumento de articulação e de mobilização de todos os Comitês, tem a sua atuação voltada para a articulação, a mobilização, a troca de experiências e é a instância de

definição das estratégias que podem influenciar as políticas públicas na área dos recursos hídricos para a inclusão da sociedade nas decisões e deliberações correspondes.

Arte no Simpósio

*Além das diversas conferências, oficinas e minicursos, o Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal foi um espaço aberto para a arte. De um lado, o espetáculo de dança da companhia gaúcha Terpsi-Teatro com a apresentação de **O Banho**, apresentado no evento Sempre às terças. De outro lado, o novo Projeto **Humanitas Arte**, inaugurado pela artista plástica Maria Tomaselli, com a exposição de uma obra, uma cabeça sem título, que permanece até o dia 15 de junho no saguão da Biblioteca da Universidade. Publicamos, nesta edição, uma avaliação crítica sobre ambas as peças, realizada pelo Prof. MS Gilmar Hermes, a pedido de IHU On-Line, a quem agradecemos pelo aporte. Gilmar Hermes é professor do Curso de Ciências da Comunicação, na Unisinos, Mestre em Artes Visuais pela UFRGS e doutorando em Comunicação na Unisinos.*

COREOGRAFIAS FLUEM COM A ÁGUA

Comentário sobre o espetáculo O Banho

“A dança é uma arte fascinante, porque vemos pessoas fazendo uso do seu corpo no melhor que ele pode oferecer a uma platéia, conjugado primeiramente com a música. É uma forma de atuação que exige uma dedicação constante de cada um dos bailarinos, cujos resultados podemos contemplar somente por alguns momentos. Cada espetáculo tem um espaço de tempo muito curto, perto do que é necessário para chegar até ali. Os bailarinos respondem ao ritmo e à melodia musicais com a multiplicidade de gestos possíveis a um ser humano. Numa coreografia, numa ação coletiva, seus corpos dialogam entre si e o espaço do palco.

Na dança clássica, criou-se a expectativa de como um determinado passo e uma respectiva postura podiam ser feitos na sua máxima perfeição, geralmente por bailarinas alvas. Na dança contemporânea, cada vez mais, os bailarinos foram em busca de uma maior expressividade, que aumenta nas concepções de dança muito próximas das realidades socioculturais, o que é uma marca de muitos grupos brasileiros consagrados.

O grupo porto-alegrense Terpsi tomou **O Banho** como tema para as coreografias que apresentou no Projeto **Sempre às Terças**, durante o **Simpósio Internacional, Água: Bem Público Universal**. Foi um momento lúdico em meio aos sérios debates, mas não deixou de passar também uma mensagem quanto aos desafios que a sociedade deve considerar em relação à preservação das fontes de água potável.

O espetáculo é admirável pela riqueza de elementos que constituíram um momento de prazer, mas, ao mesmo tempo, de irritação para o público. Várias coreografias acontecem num espaço que lembra uma piscina. Dois homens permanecem postados em lugares mais elevados como os controladores de um lugar. Abaixo, os bailarinos coexistem como peixes, mas se rebelam como seres humanos.

Canos, bacias, rodas ao lado do som da água corrente e ondas marítimas se juntam aos gestos sensuais das bailarinas nas coreografias. Enrolada em uma toalha, uma delas caminha dentro de uma bacia. Logo a seguir, a toalha enrolada nas cabeças das bailarinas é como uma armadilha que prende os seus corpos. O fluxo da água é permeado por gestos humanos, a água da música popular se junta ao som de alguma orquestra.

Essa corrente de acontecimentos, no entanto, culmina com o insistente estribilho "Que música você cantaria no seu último banho?", num cantar que não se preocupa com a afinação. Na

verdade, a irritação provocada no público tem a ver com o modo como a questão da água vai afetar nossas vidas. É algo que mexe com a nossa situação cômoda desses dias, e vai necessitar de muitas ações coletivas para que os rios e lençóis d'água tenham condições de sobreviver”.

Humanitas Arte

No dia 21 de maio, na Galeria Cultural da Biblioteca da Unisinos, foi iniciado um novo projeto do IHU: Humanitas Arte, com a exposição da escultura da artista Maria Tomaselli. Estavam presentes o Prof. Dr. Pe. Aloysio Bohnen, reitor da Unisinos, Prof. Dr. Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos, Prof. Vicente de Paulo Oliveira Sant'Anna, Pró-Reitor Comunitário e de Extensão, profa. Emi Maria Santini Saft, Pró-Reitora de Desenvolvimento e muitos participantes do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal. A seguir publicamos um comentário de Gilmar Hermes.

O QUE DIZ AQUELA CABEÇA?

“A primeira surpresa na exposição da artista plástica Maria Tomaselli é a opção pela singularidade, que não é só uma idéia sua, mas do próprio espaço do Humanitas Arte, no saguão da Biblioteca da Universidade. Numa grande exposição, somos tentados a dar uma passada de olhos por todas as obras, sem que vejamos realmente nenhuma delas, fixando-nos apenas naquelas com as quais temos uma maior identificação. Neste caso, há uma única obra, com todas as perguntas que ela mesmo provoca em sua existência.

Estando ali, existindo ali, celebrada ali, ela pergunta pelas ausências e por todas as existências semelhantes que poderiam estar ali. É uma figura que lembra uma figura humana. Se formos observar, a grande maioria das obras de arte trazem representações de figuras humanas, evocando alguma das manifestações humanas, em toda a sua múltipla diversidade. Ali está uma obra artística, uma manifestação humana que referencia mais uma vez a existência humana.

Até que ponto aquela cabeça sustentada por um longo pescoço sobre um grande pedestal é humana? Que tipo de fantasia ela evoca em relação à humanidade? Quais aspectos da humanidade estão por detrás daquela cabeça?

Poderíamos compará-la aos bustos-retrato que existiram desde o Antigo Egito e que tiveram muita importância no Antigo Império Romano. A glorificação de uma personalidade ou a simples referência a uma existência ecoam sobre pedestais em nossos parques e praças, nas homenagens prestadas àqueles que fizeram história.

O local onde ela está também produz a sua significação. Está num ponto central das bases do prédio que é o cérebro da Unisinos. As luzes que iluminam a sua existência produzem quatro sombras, que lembram os quatro pontos cardeais de uma bússola. Existe nesse lugar, onde as cabeças encontram outras cabeças, que falam através dos seus livros, e trazem, por trás de si, múltiplas cabeças que constituíram o seu ser escutando a voz de outras cabeças, manifestada em momentos cruciais e expressivos através da escrita”.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Publicamos, nesta edição, três textos importantes que contribuem para refletir a atual conjuntura brasileira. O texto abaixo é de autoria de Francisco de Oliveira e foi publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 18 de maio de 2003. De Francisco de Oliveira publicamos publicamos uma entrevista com o título 'As grandes transformações originaram-se na esfera social', na edição 46, do dia 9/12/2002; um artigo com o título Entre São Bernardo e a Avenida Paulista?, publicado na edição 49 de 24/2/2003; uma aula magna proferida no início do ano letivo de 2002 e publicada na edição 55 do dia 14/4/2003, com o título Em busca do consenso perdido.

O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?

"A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva por uma ampla votação, coadjuvada pelo acompanhamento do voto proporcional que lhe dá expressiva bancada no Congresso, tem tudo para parecer o encerramento não apenas da era FHC, mas, além dela, do longo ciclo da "via passiva" brasileira. Entendamo-nos a respeito do significado dessa controversa expressão, que vem de Gramsci, evidentemente: trata-se de pensar a expansão capitalista na periferia, contraditoriamente sem mercado, pela via autoritária de uma fortíssima coerção estatal. Ademais, forma de praticamente todos os casos de "capitalismo tardio" - não no sentido mandeliano.

Os votos dados a Lula foram, indefectivelmente, para a promoção de mudanças no sentido oposto à estagnação em que patinou o governo FHC depois do estrondoso êxito do Plano Real e a evidente deterioração do segundo mandato. É um caleidoscópio de protestos, promessas, possibilidades, frustrações, insegurança, falta de horizontes. É uma soma negativa, como na álgebra, onde menos com menos dá mais.

Isso é responsável pela conjuntura de confusão que se armou, ou, melhor dizendo, foi da indefinição caleidoscópica que surgiu a soma de votos de Lula. Ancorada, diga-se, no consistente colégio eleitoral construído pelo PT ao longo de seus 22 anos, mas que esbarrava sempre, nas eleições presidenciais que disputou anteriormente, numa intransponível rejeição, que era o nome eufemístico para a rejeição de classe, numa sociedade fortemente travejada pelos meios de comunicação de massa. A confusão continua na armação dos apoios e do governo e nas primeiras propostas. À altura da publicação destas notas, os titulares do governo já estarão em plena função, de modo que alguns pontos do enigma começarão a ser decifrados. O já anunciado ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central começam a dissipar algumas das incógnitas. Aquela soma negativa não se constitui em hegemonia, mas apenas em vitória eleitoral: nem sequer esta pode ser tomada rigorosamente como a indicação do caminho para a hegemonia.

A era FHC começou apoiando-se numa indefectível aliança de classes, para a qual o paradigma classista ainda retinha todo seu poder heurístico. Mas a via neoliberal escolhida não foi o produto da aliança: ao contrário, a aliança foi o produto da escolha neoliberal. Ou, em outras palavras, nunca os aliados "atrasados", ACM *et caterva*, deram o tom do governo FHC. O centro irradiador do consenso que FHC liderou era seu próprio grupo, o PSDB como partido, e o núcleo universitário-burguês-plutocrático como vanguarda. A base eleitoral formou-se com o êxito do Plano Real.

Mas FHC detonou a unidade do núcleo que lhe dava sustentação com as radicais mudanças operadas na propriedade do capital, e a estagnação produzida pelo "modelo" escolhido, de inserção na globalização, destruiu o apoio eleitoral. Em outras palavras, o paradigma classista, válido para o primeiro período da aliança, foi pelos ares. O que sobrou foi uma enorme indeterminação na política, que é o nome próprio do caleidoscópio. A vitória de Lula é o produto direto dessa indeterminação. A partir de seu próprio cacife, representado pelo PT, Lula tenta, agora, a formação de um consenso pela agregação de interesses do caleidoscópio. Não é a formação de um consenso pela prevalência de um centro irradiador, ao modo de FHC em sua primeira eleição. Em política, tal formação é sempre muito frágil e dependente, todo o tempo, de acordos *ad hoc*, que não se podem projetar. O que está ausente, portanto, é a previsibilidade na política, sem a qual não se opera a reprodução sistêmica.

Iniciativas como a proposição de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, uma espécie de fórum maior da articulação do caleidoscópio, são apresentadas como disposição para o diálogo, mas o que mostram é a ausência de hegemonia e o procedimento de agregação que a intuição de Lula percebeu rapidamente. Talvez o paradoxo da eleição esteja em que o único que não se enganou a respeito do resultado que o tornou presidente é o eleito. O que confirma sua trajetória, onde a intuição se colocou sempre a serviço da experiência, mas não é suficiente para resolver o problema da hegemonia.

Na soma negativa disparatada do resultado eleitoral, nenhum setor se sobrepõe nitidamente a outro qualquer; o único insólito é o próprio PT. Mas suas bases sociais não detêm a capacidade para liderar o processo de construção da hegemonia. De fato, as forças do trabalho foram grandemente erodidas na era FHC, em parte como derivação da inserção na globalização e em parte como estratégia deliberada do grupo dominante. Uma agenda trabalhista, bancada pela base social, não está sendo reivindicada, e talvez não possa ser proposta.

Os outros grupos sociais e setores de classe tampouco podem propor seu programa como o programa do caleidoscópio, nem existe a possibilidade de definir classes ou setores de classe da burguesia que perderam ou ganharam com os oito anos de FHC, para então definir aliados: a metamorfose do capital em capital fictício anula essa possibilidade. O capital produtivo certamente perdeu muito no último período; de outro lado, o balanço dos bancos mostra uma lucratividade em permanente ascensão na era FHC. Mas que detentores do capital estão de um e de outro lado? Igual indefinição ocorre no que se refere ao capital estrangeiro, antiga pedra de toque dos programas do PT. Como controlam os setores de ponta, e na sua origem estão emaranhados com o capital financeiro, nem se pode discriminá-los, posto que são eles que trazem o capital de fora, nem se pode operar uma distinção que procurasse favorecer apenas o capital que "ajuda a criar empregos".

O que sobra é um desenvolvimentismo retrô, em que todos ganharão (?), de par com um programa social indefinido, em cuja ponta assoma o Fome Zero, que entretanto não tem consistência para impor-se como filtro por onde passará toda a definição de um programa mais completo. Explicando: o programa Fome Zero não tem viabilidade de inscrever-se como estrutural, no sentido de fazer parte da reprodução do capital, tal como o instituto da seguridade social se tornou no Welfare pós-Segunda Guerra Mundial, organizando o mercado de trabalho, então ainda o mais importante "preço" da economia. Nos termos de Polanyi, uma não-mercadoria que regula a economia. Não parece que programas tipo Fome Zero tenham essa virtualidade.

No futuro imediato, pois, o que vai se impor é, surpreendentemente, a continuação da política econômica de FHC, enfeitada com uma política social tipo Fome Zero. Que não é tão original assim, posto que programas compensatórios, que tampouco se inscrevem na estruturação da reprodução do capital, são já quase obrigatórios, *urbis et orbis*. Não há praticamente prefeitura, governo estadual e da União que não esteja tocando programas de Bolsa-Escola, Bolsa-

Trabalho, Primeiro Emprego, inscritos no capítulo geral dos programas de geração de emprego e renda. Em muitos casos, a cesta básica foi incluída como um salário indireto na remuneração dos empregados do setor ainda formal de trabalho, e na sua impossibilidade, sobretudo no Nordeste eterno das secas, do desemprego, dos caminhões-cisternas e agora das cestas básicas. O salário-mínimo tem mais dignidade semântica: chama-se mínimo.

Existe a possibilidade de ruptura ou ela foi apenas uma ilusão eleitoral? Contraditoriamente, a possibilidade é dada pela mesma indeterminação que torna tão fluidos e tão invisíveis os limites dos interesses de cada classe e cada setor da sociedade. Exatamente porque a crise final do governo FHC é uma crise de hegemonia. *In altri tempi*, ela seria uma crise revolucionária.

Uma crise de hegemonia pode prolongar-se indefinidamente, sem resolução. Como a Argentina vizinha está mostrando. O peronismo perdeu suas bases e a possibilidade de impor sua agenda: na verdade a crise de hegemonia argentina já é visível desde a última e sanguinária ditadura. O menemismo realizou uma política, em muito parecida com a que FHC praticou logo em seguida, de aproveitar o momento de abertura indiscriminada e privatização selvagem como "acumulação primitiva" para relançar um desenvolvimentismo radical. Na hora em que a "acumulação primitiva" se esgotou, a acumulação de capital *strictu sensu* não se produziu. A dívida externa contraída mostrava que a reprodução do capital estava muito além das forças da acumulação interna, e neste sentido a tragédia argentina, como a brasileira, está em que, entrando no caminho da dívida, a autonomia da acumulação interna fica perdida. Ou se segue indefinidamente com as injeções de capital externo, ou o processo entra em *stop and go*. O radicalismo foi a tentativa de consenso por agregação de interesses depredados pela política de Menem/Cavallo, mas as bases internas da acumulação já não foram suficientes.

A enorme disposição nas bases sociais cujos limites são fluidos, as igrejas e a ainda poderosa Igreja Católica, ONGs cívico-republicanas, Centrais Sindicais de variadas tendências, movimentos sociais, como o MST, um sentimento difuso mas intenso de boa vontade, esse momento que Juarez Guimarães está chamando com muita felicidade de momento ético-republicano, mostra que a hegemonia pode ser construída. Mas é preciso que, como ele próprio assinala, a economia não subordine a política. Neste momento, o programa de Lula está a meio caminho entre a continuidade de FHC e o equívoco de De La Rúa. Na prudência, é continuidade; na tentativa de consenso por agregação para um desenvolvimentismo que está além da capacidade de acumulação de capital, é equívoco. O momento de indeterminação deveria fazer refletir, e pede-se uma urgente reflexão teórica. Podemos estar frente a uma nova forma de uma sociedade de controle, que nem é democracia, nem totalitarismo. O capital tem suas invenções. Veremos se esse equilíbrio precário consegue manter-se e se a iniciativa ético-republicana é capaz de desbloqueá-lo. *In dubio pro reo*".

O SEGUNDO CONSENSO DE WASHINGTON

O artigo, a seguir, é de autoria de Luiz Carlos Bresser Pereira, professor da FGV-SP e editor da **Revista de Economia Política**. Foi Ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado (governo FHC), além de Ministro da Fazenda (governo Sarney). O texto foi publicado na **Folha de S. Paulo**, em 12 de maio de 2003. Os subtítulos são nossos.

Explicações para a 'década perdida'

De acordo com a esquerda tradicional, a região permaneceu novamente quase estagnada porque adotou as reformas voltadas para o mercado, previstas no Consenso de Washington. Em contrapartida, a direita neoliberal e Washington afirmam que 'o principal erro do consenso foi não haver pressionado suficientemente a América Latina para que fosse mais adiante nas reformas'. Como é próprio de toda ideologia dominante, essa explicação parece mais razoável. E, no entanto, é tão equivocada quanto a primeira.

Não foi porque fizeram as reformas previstas no Consenso de Washington ou porque deixaram de as fazer que o Brasil, a América Latina e todos os países altamente endividados não cresceram nos anos 90, mas porque adotaram propostas posteriores, constitutivas de um segundo consenso, as quais, embora igualmente liberais, eram opostas às do primeiro consenso.

O primeiro Consenso de Washington – anos 80

O primeiro Consenso de Washington foi um fenômeno dos anos 80. Diante da crise da dívida externa, Washington, ou seja, o governo americano, o FMI, o Banco Mundial e os *think tanks* daquela cidade conceberam uma estratégia de ajuste fiscal, de ajuste das contas externas e de reformas orientada para o mercado. Essa estratégia podia ser resumida em dez pontos, entre os quais estavam o ajuste fiscal, o ajuste das contas externas, a privatização e as reformas comercial, tributária, previdenciária e trabalhista.

Fiz a crítica sistemática desse consenso ainda em 1990. O que eu criticava, porém, não eram os dez pontos de reforma, mas o que estava implícito no consenso: o neoliberalismo, a proposta de reduzir o Estado ao mínimo, o desejo de o tornar mero garantidor da propriedade e dos contratos, a crença em que o mercado poderia automaticamente regular toda a economia desde que o ajuste fiscal fosse garantido e, assim, a inflação fosse evitada. Tudo isso era mera ideologia. Ainda que algumas reformas tenham sido levadas longe demais, ou possam ter sido mal feitas, não foram elas, muito menos o ajuste fiscal e o ajuste das contas externas, que provocaram a semi-estagnação dos anos 90. Como também não foi sua falta. Afinal, poucos países receberam mais elogios de Washington por suas reformas do que a Argentina.

O segundo Consenso de Washington – anos 90

Qual foi então o erro? Foi a estratégia definida por Washington no início dos anos 90 para legitimar o grande fluxo de capitais que então recomeçava: o que tenho chamado de segundo Consenso de Washington. Quatro pontos o caracterizam: 1) o uso de âncora cambial combinada com altas taxas de juros, para controlar a inflação e atrair capitais; 2) a exigência de abertura da conta capital (reforma não prevista no primeiro consenso); 3) a afirmação de que os países altamente endividados não tinham mais recursos para financiar seu próprio desenvolvimento e, portanto, só poderiam se desenvolver se contassem com poupança externa; 4) a sugestão de que, para obter essa poupança, os governos dos países deveriam ter 'credibilidade', ou seja, aceitar as recomendações vindas de Washington.

Enquanto aqueles que recusaram esse conselho, como a China, a Índia e o Chile, continuaram a crescer solidamente, aqueles que o aceitaram foram levados a crises financeiras e à semi-estagnação. Primeiro, porque esses países não podiam ter uma conta de capitais completamente aberta e, com isso, perder todo o controle da taxa de câmbio. Segundo, porque não é verdade que os países latino-americanos não têm recursos para financiar seu desenvolvimento. Terceiro, porque, no sistema de contas nacionais, 'poupança externa' é sinônimo de déficit em conta corrente e, portanto, de aumento de endividamento externo. Quarto, porque, além causar aumento da dívida, déficit em conta corrente significa moeda local relativamente valorizada, salários e consumo artificialmente altos, populismo cambial, resultando mais cedo ou mais tarde em crise de balanço de pagamentos. Quinto, porque, ainda

que parte da poupança externa venha na forma de investimentos produtivos, o destino do aumento do endividamento externo feito com valorização cambial e taxa de juros alta só pode ser o aumento do consumo doméstico: a poupança externa é compensada pela despoupança interna.

O governo Lula – opção pelo ‘segundo Consenso de Washington’?

O primeiro e o segundo consenso são opostos. O primeiro era duro e, assim, mal ou bem, promovia o necessário ajustamento do país. O segundo é frouxo: através do câmbio valorizado promove o populismo cambial com a chancela do FMI, anulando, inclusive, o necessário ajuste fiscal. A combinação perversa de crescimento por meio da poupança externa com a busca de ‘credibilidade’ que caracteriza o segundo consenso resulta numa equação macroeconômica mortal: alta taxa de juros e taxa de câmbio baixa, a primeira inviabilizando o investimento, a segunda favorecendo o endividamento e o consumo. Em sua busca por credibilidade ou confiança, o país renuncia a pensar com a própria cabeça.

Nesse quadro, a política adotada pelo novo governo brasileiro foi a do ‘choque de credibilidade’. Em um primeiro momento, estava correto. Esse agrado aos credores, mais os grandes superávits comerciais resultantes da desvalorização de 2002, permitiu que o crédito externo voltasse. No momento em que os fluxos de capital voltaram, entretanto, o governo, em vez de preparar a mudança do ‘regime de política econômica’, visando inverter a equação macroeconômica perversa, manteve a política de alta taxa de juros, ao mesmo tempo em que não intervinha na de câmbio. Com a volta dos fluxos de capital, atraídos pela alta taxa de juros, a taxa de câmbio voltou a cair. Queda livre, hoje já muito abaixo do nível de equilíbrio - de no mínimo R\$ 3,20 por dólar-, que poderá garantir os altos superávits comerciais de que o país necessita. A inflação cai, os salários sobem. Euforia geral. Voltamos aos braços do segundo Consenso de Washington e do populismo cambial. Ou talvez ainda não. No dia 1º de maio, Lula declarou que ‘o dólar não pode cair demais’. Ele já se tem indignado com a taxa de juros. Resta, portanto, uma esperança”.

Esquerda em processo

Tarso Genro, atual secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República publicou na Folha de S. Paulo, 18 de maio de 2003 o artigo que abaixo reproduzimos.

“Há muitos anos venho escrevendo na *Folha* a respeito dos dilemas que envolvem as ideologias da esquerda contemporânea e as amargas heranças das experiências socialistas do nosso tempo. Esse debate agora renasce com o PT no governo. Grandes transformações modernizantes e reformas democráticas são originárias das lutas da esquerda. Nenhuma das grandes conquistas sociais do nosso tempo esteve ausente das agendas da esquerda socialista ou social-democrata.

Os nossos grandes fracassos estiveram ligados diretamente à implantação do “modo de produção socialista”, que, segundo Marx, determinaria a socialização da riqueza e da abundância. Na vida real, essas experiências terminaram pervertendo-se em formas ditatoriais de redistribuir a pobreza. A consequência dessa redistribuição foi, por exemplo, o retorno ao capitalismo (URSS), a estagnação ditatorial (Coréia) ou o império da barbárie depois da queda (Afeganistão). O retorno ao capitalismo na antiga URSS resolveu os problemas das liberdades políticas, mas nenhum dos problemas sociais e de caráter nacional. Tornaram-se sociedades mais civilizadas e mais democráticas aquelas que realizaram um reformismo “forte”,

promovendo profundas transformações econômicas, culturais e no modo de vida dos cidadãos comuns.

As disputas que estão ocorrendo sobre os rumos do governo Lula estão relacionadas com o juízo sobre esses fracassos, que não são somente fracassos da "prática" socialista, mas também denunciam as limitações do aparato teórico que acompanhou o movimento socialista. Este combinava a visão do messianismo proletário, contida em algumas obras de Marx, com a simplificação maniqueísta da sua rica elaboração teórica. Esta, empobrecida tanto pelo marxismo soviético na sua visão stalinista, como pelo trotskismo rebelde, cujo aparato conceitual era também derivado do "leninismo".

Lênin, ao estudar melhor Hegel, já afirmara que preferia o idealismo inteligente ao materialismo burro. A designação, aliás, de uma "nova fase do marxismo" como "leninismo" foi feita pelo próprio Stálin, que a forjou, contra a visão do líder bolchevique. O nosso conflito hoje no partido, evidentemente, não é esse. Mas não pode deixar de ser qualificado como um conflito da parte minoritária do PT, que apresenta como "utilizável" - em diversos níveis - o velho legado bolchevique, com os que o consideram superado, em diversas gradações (pela vida, pela economia, pelas novas formas de constituição da subjetividade social, mesmo no capitalismo turbinado da era Bush).

Passemos a exemplos concretos das nossas diferenças. O governo nega-se a criar condições políticas para o rompimento da vasta frente que elegeu Lula e modula cautelosamente os seus movimentos. Quer dar finalidade estratégica a essa frente, porque entende que qualquer movimento que o leve ao isolamento tanto pode promover o retrocesso, como favorecer o populismo, sempre à espreita, com as soluções mágicas e caudilhescas.

Nesse sentido, o partido se nega a ser "vanguardista", tipo bolchevique, para promover a aceleração da luta de interesses, mas quer conciliá-los através de um acordo com sentido policlassista. O objetivo é criar condições para enfrentar o domínio global do capitalismo especulativo, que desarma políticas econômicas, ataca moedas fracas e gera o caos e a instabilidade. Sem isso, qualquer projeto é impossível.

O partido no governo, portanto, privilegia a "segurança" como condição mínima para as mudanças e opera nessa direção de maneira aberta. Não é um partido que exacerba a luta de classes, porque essa exacerbação fragiliza o governo ante o domínio do capital financeiro globalizado: esta é a primeira e estratégica condição a ser assumida. Tudo para que possa ocorrer uma transição - internamente negociada - para um modelo de desenvolvimento de produção, emprego e distribuição de renda.

O debate que travamos, em conseqüência, não é entre uma visão de "esquerda" e uma visão de "direita", ou mesmo, sobre se o partido no governo perdeu seus compromissos programáticos. É sobre duas visões de esquerda, uma em mudança e outra tradicional. Trata-se, para nós do governo, de dar sentido no presente a uma utopia democrática de caráter reformista, que quer produzir conquistas civilizatórias que não tenham possibilidade de retrocesso - o retrocesso que ocorreu em todas as revoluções ou "golpes" esquerdistas até hoje realizados.

Toda a esquerda, em escala mundial, está em processo de mudanças. Essas mudanças tanto podem se dar num sentido negativo e anti-humanista, como fez uma boa parte da social-democracia europeia (que acabou renunciando à capacidade regulatória e distributiva que caracteriza o Estado moderno e se jogou na defesa do belicismo americano), como positivo.

Na verdade, não há nem precedente histórico nem uma teoria da transição de um modelo de modernização conservadora vinculados ao capital financeiro para um modelo produtivista de crescimento acelerado e inclusão social. Temos, ao mesmo tempo, que teorizar e praticar. Devemos fazê-lo com cautela para não jogar essa experiência fora. O dilema fundamental da

esquerda, nesse contexto, é responder ao desafio posto pela contradição aguda entre inclusão e exclusão, que, não resolvido, só pode levar a soluções caudilhescas.

Esse confronto, se não for enfrentado na ação de governo, através de um novo modelo de desenvolvimento, com o apoio de vastos setores de todas as classes sociais, inclusive das trabalhadoras, que ainda vivem à sombra da lei e do direito e que cultuam, cada vez mais, a segurança como valor fundamental das suas vidas cotidianas, pode comprometer até mesmo a democracia política”.

DESTAQUES DA SEMANA

Livro da Semana

O IMATERIAL. CONHECIMENTO, VALOR E CAPITAL

André GORZ, *L'immatériel. Connaissance, valeur et capital*, Paris: Galilée, 2003.

Pela importância do autor e do livro, voltamos a apresentar o último livro de André Gorz. No IHU On-Line n.54, do dia 7/4/2003, apresentamos uma entrevista concedida pelo autor à revista Alternatives Économiques número 212, março de 2003, páginas 68-71, tendo como tema o mesmo livro.

*Nesta semana traduzimos e reproduzimos a resenha de Thierry Paquot, publicada no **Le Monde Diplomatique**, maio de 2003, p. 31. Thierry Paquot é autor de muitos livros entre os quais destacamos o instigante **L'Art de la sieste** (A arte da sesta), Paris: Zulma, 1998. Neste livro o autor analisa o história da sesta e o seu potencial de resistência à ditadura do trabalho-emprego. O último livro publicado se intitula **Les quatre éléments**, Paris: La Decouverte, 2002. Em português foi publicado o seu livro *Utopia* (consultar a editora na internet)*

ELITE GLOBALIZADA, PROLETARIADO SUBALTERNO

“O capitalismo está doente de capitalismo? André Gorz está persuadido disto. E ele explica este paradoxo no seu ensaio curto, denso e às vezes pesado, ainda que o seu modo de escrever seja límpido. Mas de que se trata? Do desenrolar de um capitalismo que não repousa mais sobre a relação salarial e que deseja mesmo se ver livre dela. Este ‘novo’ capitalismo limita ao mínimo o seu capital fixo – ele não se ocupa mais tanto de propriedades mobiliárias e prefere o aluguel e, sobretudo, a subcontratação – e considera como decisivo o ‘capital humano’. Isto é, não somente o conhecimento que uma pessoa humana dispõe, mas também as suas disposições em adquirir outras, seus talentos, sua personalidade.

O ideal para este ‘novo’ capitalismo é empregar ‘empreendedores’, cada colaborador se tornando uma empresa individual ‘de prestação de serviços’. E André Gorz acrescenta: cada um deve se sentir responsável por sua saúde, sua mobilidade, sua aptidão para horários variáveis, de colocar em dia os seus conhecimentos. Ele deve gerir seu capital humano ao longo de toda a sua vida, não cessando de investir na sua formação, e compreender que a

possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, pelo qual ele saberá produzi-la continuamente. Este 'novo' capitalismo corresponde a uma produção imaterial, altamente rentável, que integra todos os processos de produção de mercadorias e a sua comercialização. Ele nasce com as novas tecnologias da informação e das telecomunicações e se afirma com a nova aliança do capital com a ciência.

Assim, a ciência, conjugada com o capital financeiro, funda um 'capitalismo cognitivo' que busca se emancipar da empresa do capital. Ele desloca as unidades de produção de bens materiais nos países com salários baixos e desterritorializa o 'capital humano' favorecendo a sua circulação em escala mundial (profissionais indianos de informática trabalham na Alemanha, por exemplo). Este 'novo' capitalismo privilegia o acesso (para retomar a expressão de Jeremy Rifkin) ao invés da propriedade, marca, mais ainda, a oposição entre uma 'elite globalizada' de alto nível e um proletariado subalterno. André Gorz nota que a metade da população ativa dos EUA ocupa postos sem grande qualificação e com pouca remuneração.

Assim, neste início do século XXI, muitos capitalismos coexistem, um 'capitalismo taylorizado', que se encontra principalmente nos países 'emergentes', e um 'capitalismo cognitivo', que se instala num punhado de 'vilas globais' e outros Silicon Valleys... Discutindo as teses de Edgar Morin, Jacques Robin e Peter Sloterdijk, André Gorz prossegue sua reflexão sobre o sentido do trabalho. Após os seus livros **Adeus ao proletariado**, sua exploração crítica da sociedade contemporânea no livro **Capitalismo, socialismo e ecologia**, André Gorz se interroga sobre as conseqüências do primado da 'inteligência artificial', que anuncia, talvez, aquele da 'vida artificial'. O capitalismo quer cada vez mais, sua busca do lucro e do poder é, daqui para frente, capaz de se desfazer do humano. Isto significa que o combate pela humanidade do humano continua”.

Entrevista da semana

JEAN-PAUL FITOUSSI

Jean-Paul Fitoussi, economista, presidente do Observatório Francês das Conjunturas Econômicas – OFCE – em entrevista à revista **Alternatives Économiques**, maio de 2003, p. 13:

Pergunta: Existe uma política econômica européia?

J.-P. Fitoussi: Propriamente falando, a Europa no momento não tem uma política autônoma de crescimento. Ela é uma região passiva da economia mundial que fica esperando as ondas que vêm do exterior. Trata-se de um erro duplo. Primeiro, em relação às populações européias, que sofrem o desemprego de massa e são descartadas de um verdadeiro crescimento há mais de vinte anos. Segundo, em relação ao resto do mundo, pois a Europa não toma a sua responsabilidade: tendo conta do seu peso, seu fraco crescimento pesa sobre toda a economia mundial. A Europa é prisioneira de um dogmatismo impressionante em matéria econômica, caracterizada principalmente por uma desconfiança enorme no que se refere à política e à democracia.

Pergunta: Como explicar a manutenção de políticas tão pouco racionais?

J.-P. Fitoussi: Constata-se uma aliança entre os que querem reduzir os déficits em nome de uma concepção um tanto quanto malthusiana da gestão das finanças públicas e aqueles que querem, sobretudo, diminuir os gastos públicos. A exigência de equilíbrio das finanças públicas

é tão amplamente instrumentalizada por estes últimos, e a gente pode se perguntar se o verdadeiro objetivo do pacto de estabilidade não é antes de tudo chegar a fazer baixar a parte das despesas públicas no PIB. Procurar contrair a tal ponto as políticas orçamentárias se funda, com efeito, numa concepção hiperliberal da economia.

Filme da Semana

OS FILMES COMENTADOS NESTA EDITORIA FORAM VISTOS POR ALGUM (A) COLEGA DO IHU.

O Dia do perdão

Ficha Técnica

Nome original: Kippur
Origem: França – Israel
Realização: 2000
Gênero: drama
Duração: 123 min.
Classificação: 14 anos
Direção: Amos Gitai

Reproduzimos, a seguir, um artigo sobre o filme e uma entrevista com Amos Gitai, publicados no sítio www.cineweb.com.br

O DIA DO PERDÃO – KIPPUR

Neusa Barbosa

Tudo aquilo que a televisão não mostrou da Guerra do Iraque, *O Dia do Perdão - Kippur*, de Amos Gitai, escancara com o naturalismo de um documentário. Ao centrar seu foco numa equipe de resgate durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, o diretor israelense coloca sua câmera bem no centro do front, em pleno bombardeio. Vista assim de perto, a guerra é lenta, cansativa e suja, nunca heróica. É difícil distinguir o sangue da lama, a atadura manchada de uma ferida de um trapo de uniforme rasgado na batalha. Não há como não ver aqui uma intenção pacifista.

A história começa longe do combate, flagrando o fato óbvio, mas quase sempre ausente dos filmes de guerra, de que os soldados são antes de mais nada homens que só se tornam combatentes movidos pelas circunstâncias - uma escolha que evidencia que o tom heróico será sistematicamente evitado aqui. Weinraub (Liron Levo) e Ruso (Tomer Russo) são apenas dois amigos que aproveitam o feriado prolongado do Yom Kippur, o Dia do Perdão para os judeus, quando sírios e egípcios atacam de surpresa. Os dois amigos entram no velho Fiat de Weinraub e caem na estrada atulhada de carros, em busca do próprio batalhão. A desorientação é total. Os congestionamentos se sucedem, e ninguém sabe para aonde ir. A guerra, na visão de Gitai, é, antes de tudo, a desorientação e a desordem, antes que se instaure o desespero.

No caminho, Weinraub e Ruso encontram um médico da Força Aérea, Klausner (Uri Ran-Klausner), cujo carro quebrou. O acaso os desvia para engajar-se numa equipe de resgate que se desloca em helicópteros. Estes soldados formam agora um esquadrão que não dispara um

único tiro, apenas salva feridos, tornando-se, por isso mesmo, testemunhas mais eloqüentes dos estragos das batalhas. Seus olhos, mais do que os de outros, observarão cenas de dor e impotência. Sua capacidade e limites serão testados sempre sob emergências, sob tiroteios, andando em ziguezague em campos enlameados, driblando tanques que atacam em sentido contrário. Cada dia de trabalho é rigorosamente um mergulho no inferno.

Gitai, ele mesmo um ex-combatente nesta guerra, situa seu alter ego em Weinraub (que é aliás, seu nome do meio na vida real). Exorciza assim suas memórias, mas consegue a proeza de não tornar o filme subjetivo demais. Mais do que Weinraub, o sujeito do filme é coletivo - é a guerra, sua desordem, este corpo de soldados que tenta agir em uma realidade que não pode ser totalmente abrangida, que resiste a toda tentativa de organização, como antes terá escapado a toda tentativa de conciliação. Para contar sua história e instaurar esse distanciamento, Gitai usou, sobretudo, uma câmera colocada no olho do furacão associada a diálogos econômicos, até inexistentes por longos momentos. Tudo o que se ouve aí é o som dos tiros, dos bombardeios ao longe, as respirações e gritos dos soldados procurando retirar os feridos do caminho, seu cansaço palpável nos rostos abatidos.

Outra particularidade da visão de Gitai é a maneira como ele insere a afetividade, devolvendo a humanidade a seus personagens. Poucas vezes se verá um filme de guerra em que os soldados se abraçam tanto ou se dizem coisas tão pessoais. Um dos diálogos mais densos coloca Ruso e um médico trocando confidências no acampamento. O primeiro pretendia falar da saudade da namorada, mas ouve do outro uma inesperada confissão da culpa que sente ao lembrar de sua mãe, uma polonesa que o entregara para adoção antes de ser internada num campo de concentração, e que ele não a aceitara, quando ela veio procurá-lo de volta, depois da guerra.

A seqüência que abre e fecha o filme, faz um bom uso de um dos poucos cenários externos à guerra. No começo, Weinraub e a namorada fazem amor numa cama untados por tintas de todas as cores (a moça é pintora). No final, no retorno do soldado, a tinta que os envolve é predominantemente verde-escuro, como a lama do campo de batalha. Uma poderosa metáfora visual da irreversibilidade da mudança do narrador.

Cineweb-18/4/2003

AMOS GITAI, UM CINEASTA PELA PLURALIDADE EM ISRAEL

Neusa Barbosa

O mais importante cineasta israelense, Amos Gitai, 52 anos, há muito habituou-se a remover montanhas. Temperado pela experiência dramática de ex-soldado da Guerra do Yom Kippur (1973), acostumou-se a cultivar a virtude da persistência para enfrentar os muitos obstáculos de seu dia-a-dia, produzindo filmes com mensagens antibélicas que não raro contrariam os interesses de grupos poderosos, como os religiosos ortodoxos, em Israel - caso do pungente **Kippur** e de **Kadosh**, seus únicos trabalhos lançados no circuito comercial brasileiro. Convidado especial do 6º Festival Judaico de São Paulo em 2001, que o homenageou com uma retrospectiva, o diretor comentou, em entrevista exclusiva, sua filosofia de trabalho, um novo filme, **Éden**, que marcou a estréia do octogenário dramaturgo Arthur Miller como ator, e suas impressões de São Paulo, que, na época, ele visitava pela segunda vez. Publicamos extratos da entrevista concedida ao sítio Cineweb-18/4/2003.

Cineweb - O senhor resolveu tornar-se cineasta depois da experiência na Guerra do Yom Kippur, em 1973?

Amos Gitai - Bem, aquela experiência realmente acelerou minha decisão.

Cineweb - Qual a sua profissão antes?

Gitai - Era arquiteto. Fiz doutorado em Berkeley, na Califórnia. Juntei todos os títulos possíveis e depois decidi tornar-me outra coisa.

Cineweb - A atualidade israelense pontua todos os seus filmes. O senhor geralmente trabalha sobre temas bem específicos, como a política e a religião. Por quê?

Gitai - O cinema, infelizmente, está se tornando uma mercadoria. Por isso, deve haver por trás de cada filme todo um eficiente trabalho de marketing - como qualquer outro produto. No entanto, acho que o cinema precisa encontrar um modo de manter um diálogo com seu contexto. Procuo fazer com que meus filmes mantenham esta ligação com a realidade de Israel, do Oriente Médio, que é muito conflituosa, muito carregada, muito vulcânica, eu diria, com erupções a todo momento. Além disso, creio que o cinema tem a opção de mostrar a realidade de maneira bem mais ampla do que os noticiários de TV. Os grandes assuntos desta região, portanto, passam pela política e pela religião.

Cineweb - O senhor acredita que a cobertura jornalística dos conflitos em Israel está transformando o assunto num espetáculo?

Gitai - Espetáculo é a palavra correta, porque, num certo sentido, tudo o que se passa ali é mostrado como uma espécie de seriado. Então, num dia, os israelenses são os heróis, os palestinos, os vilões. No dia seguinte, o quadro se inverte completamente. Ou seja, o público é induzido a mudar de opinião o tempo todo.

Cineweb - Como se acompanhasse uma novela.

Gitai - Exatamente. É assim que a mídia se encarrega de projetar estas impressões e continua a vender imagens deste conflito.

Cineweb - Qual seria uma visão mais correta destes conflitos ?

Gitai - Num certo sentido, acho que não se deve esquecer de que Israel é um território muito pequeno. São cinco milhões de pessoas num país de 80 km de extensão - do rio Jordão até o mar. É um lugar carregado de sentido simbólico, mais do que real. Acho que o cinema deveria sempre recuperar este sentido real. Por isso é que não gosto de generalizações. Procuo abordar meus temas a partir de microcosmos. Não penso abstratamente em religião ou guerra. Procuo retratá-los por meio de um pequeno grupo de personagens num determinado lugar - num bairro de Jerusalém, num helicóptero. Como música de câmara.

Cineweb - Há uma espécie de fio condutor entre todos os seus filmes ?

Gitai - Pouco a pouco, procuro criar um quebra-cabeças, uma espécie de mapa que, cada vez, vai tocar um tipo muito específico da realidade em Israel, sem me aproximar demais do jornalismo ou do docudrama.

Cineweb - O senhor parece ter uma visão bastante crítica da religião. Os ortodoxos têm um papel crucial naquilo que acontece hoje em Israel? Eles tornam as coisas mais difíceis?

Gitai - Israel, originalmente, foi formada por um movimento de judeus seculares. Gradualmente, assistiu-se à tomada do controle deste movimento pelos religiosos. Não tenho restrições a quem quer acreditar em alguma coisa. Qualquer pessoa pode acreditar no que bem entender. Mas quando querem criar uma estrutura para impor seu sistema a um grupo maior de pessoas, aí eu sou contra.

Cineweb - O que é o cinema para o senhor - uma forma de mudar o mundo?

Gitai - Pelo contrário. Acho que o cinema não é a forma mais eficiente de mudar a realidade. Há modos muito mais diretos, como a política. O cinema é um modo sutil de tocar as coisas - e acho que não deve passar disso. De outro modo, começa a fazer doutrinação e sou contra isso. Assim, é muito complexa a linha sobre a qual devemos trabalhar. Por um lado, devemos dizer o que temos a dizer, mas de um modo sutil, associativo. Ou seja, não tentando empurrar idéias às pessoas goela abaixo, mas dando-lhes alguns elementos para pensar, deixando espaço inclusive para que possam discordar. Acho que um dos grandes problemas do cinema hoje é

apagar seu contexto, assim como acontece com a literatura, a pintura. Você não pode entender Velásquez sem os Bourbons. É importante manter em foco esta dialética.

Cineweb - É muito difícil produzir um filme em Israel hoje?

Gitai - É muito duro, porque é um país muito pequeno, com recursos muito limitados.

Cineweb - Quantos filmes são feitos lá por ano?

Gitai - Entre cinco a sete. E se, ainda por cima, você desagrada alguns setores com o tipo de filmes que faz, isso pode significar que você sofra restrições maiores.

Cineweb - Por exemplo?

Gitai - Não ter acesso às fontes oficiais de financiamento. A maior parte dos meus filmes foi produzida dentro de uma estrutura bem complicada de co-produções com países europeus.

Cineweb - Esses europeus são, em sua maioria, franceses, certo?

Gitai - Sim. O cinema independente do mundo não existiria sem os franceses. Boa parte do bom cinema iraniano ou taiwanês não existiria sem eles. Os franceses foram muito eficientes em criar instituições e mecanismos que protegeram o cinema. Mesmo que hoje seja uma batalha complicada para manter tudo isso. E eles provavelmente vão perdê-la, infelizmente.

Cineweb - Por quê?

Gitai - Por causa da posição muito agressiva do cinema americano. É um fenômeno mundial. Acho que os americanos dominam hoje 95% do mercado mundial de produtos audiovisuais, seja em cinema, seja na televisão.

Cineweb - Nesse contexto, é difícil tornar lucrativos filmes como os seus, não?

Gitai - Acho que não há nada negativo em fazer filmes para as pessoas do mundo todo. Em todos os países, há pessoas sensíveis e inteligentes que querem ter contato com todo tipo de cinema. Não é minha ambição conquistar todo o mercado. Estou satisfeito fazendo um trabalho que é preciso, que expressa o que acredito, que está encontrando seu público. **Kippur** acaba de ser lançado no Japão.

Cineweb - O senhor acaba de voltar do Japão, não é?

Gitai - Sim. E agora venho ao Brasil, onde a acolhida da imprensa à minha obra foi muito encorajadora. Neste momento, há também uma retrospectiva do meu trabalho em diversas cidades dos EUA. Minha carreira tem sido uma longa jornada. Não se pode esperar sucesso instantâneo.

Cineweb - Ouvi dizer que o senhor é um grande fã de Glauber Rocha.

Gitai - Sim. Gosto especialmente de seus últimos filmes, que são muito anárquicos.

Frases da Semana

“Entre nós não há vergonha na pobreza, mas a maior vergonha é não fazer o possível para evitá-la”. – Discurso fúnebre de Péricles - Tucídides. **História da Guerra do Peloponeso**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

Europa: vítima da guerra do Iraque

“Nem potência militar, nem potência econômica, nem zona de solidariedade, a Europa faz o papel de vítima colateral da guerra no Iraque”. – **Christian Chavagneux**, no artigo ‘Le cavalier seul des Etats-Unis’, publicado na revista **Alternatives Économiques**, n. 214, maio de 2003, p. 7-8.

“O nível de vida por habitante dos países de altos rendimentos (26.500 dólares por ano) é cinco vezes mais alta que a média mundial (5.120 dólares) e 62 vezes superior que a dos habitantes

dos países mais pobres (430 dólares)”. – **World Development Indicators** 2003, Banco Mundial, abril 2003 – disponível no site www.worldbank.org

Soja transgênica

“O mundo inteiro quer soja natural brasileira. Se nós começamos a plantar soja transgênica, vamos perder mercado e perder nossa dignidade geopolítica. Os EUA querem forçar o Brasil a plantar soja transgênica para não competir com eles. Eles têm noção de que erraram, porque a soja transgênica deles não tem mercado, e o Brasil passou a ser o maior produtor de soja natural do mundo”. – **Aziz Ab’Saber**, geógrafo, em entrevista ao **IHU On-Line**, n. 60, 19-5-03, p. 10.

“A minha mensagem aos gaúchos é que não obedeçam nunca, não permitindo a penetração da soja transgênica em seu território. O Governo não sabe muito disso. Eu ouvi as discussões que houve em Brasília. Foi um desastre. Chegaram a dizer: ‘Se há dinheiro, vamos deixar’”. – **Aziz Ab’Saber**, geógrafo, em entrevista ao **IHU On-Line**, n. 60, 19-5-03, p. 10.

“O Rio Grande do Sul deixou invadir suas áreas de melhores solos pela soja transgênica. Permitir isso é um erro maior dos ambientalistas do que dos governantes”. – **Aziz Ab’Saber**, geógrafo, em entrevista ao **IHU On-Line**, n. 60, 19-5-03, p. 10.

Fome Zero: ícone de mau gosto

“Por enquanto, o Fome Zero é apenas um ícone de mau gosto” – D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, RJ – O Estado de S. Paulo 24-5-03.

Lula sabor exportação

“Todos, à direita e à esquerda, torcem para que Lula consiga a mágica de manter a estabilidade e, ao mesmo tempo, promover forte crescimento com equidade social. Para os agentes de mercado e para os organismos internacionais, estabilidade tem uma tradução bem mais estreita: significa pagar a dívida. Pagando a dívida nas condições e prazos vigentes, Lula pode fazer o que quiser com o social, que o mercado se importa um pepino. Já, para a esquerda ou centro-esquerda, pagar a dívida sem atacar frontalmente a penosa questão social não é vantagem alguma. Um montão de governantes o fez e rumou velozmente para o ostracismo” – Clóvis Rossi, jornalista – Folha de S. Paulo 24-5-03.

Generosidade: uso político

“Somos gente simples, leigos no assunto, não entendemos de política e ficamos sem saber o que fazer”- Amilton dos Santos, tratorista que ficou conhecido ao se recusar a cumprir uma ordem judicial que determinava a derrubada da casa de uma família pobre na periferia de Salvador, ao manifestar preocupação com o risco de ser usado gratuitamente como “garoto-propaganda” sem qualquer autorização prévia – O Globo 24-5-03

“Essa história não tem nada a ver com política, mas com generosidade” - Marilene Silva, manicure, esposa do tratorista Amilton dos Santos – O Globo 24-5-03.

“Lula insistia há tanto tempo que resolvemos dar um voto de confiança. Ele prometeu muitas mudanças, mas até aqui não fez nada de diferente. Está tudo tão difícil quanto antes” - Marilene Silva, manicure, esposa do tratorista Amilton dos Santos – O Globo 24-5-03.

Princípios e disciplina

“Não tem como votar a favor. Acho que deve prevalecer a disciplina partidária também, mas chega um momento na vida que você fica entre o princípio e a disciplina. E, entre os dois, fico com o princípio” – Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado – O Globo 24-5-03.

“Eu não vou nem me sujeitar a uma comissão de ética. É mais fácil eu me retirar, porque não me sujeito a coisa nenhuma e muito menos vou recorrer a essa ou àquela instância. Eu votarei sempre numa linha de princípios” - Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado – O Globo 24-5-03.

Setor financeiro x setor produtivo

“Nós (do setor produtivo) somos pequenos em relação ao meio financeiro. O *lobby* financeiro é muito maior do que o nosso, e as informações são dadas pelo meio financeiro, que é o que mais lucra no Brasil” – Antônio Ermírio de Moraes, empresário, lembrando que no primeiro trimestre deste ano os bancos lucraram 35% a mais do que no mesmo período do ano passado, ao culpar o ‘lobby de bancos’ por juros altos – O Globo 24-5-03.

Monsanto e “os meus agricultores”

“O Brasil está exportando produtos de soja para os Estados Unidos, alguns dos quais são seguramente biotech (produtos geneticamente modificados) em concorrência direta com meus agricultores que estão pagando para usar essa tecnologia” - Carl Casale, vice-presidente da Monsanto – Gazeta Mercantil 23-5-03

Por uma ‘ecumene’ de todas as religiões

“Uma ‘Ecumene’ das Igrejas só é possível ser pensada como uma Ecumene de todas as pessoas de todas as religiões” – Eugen Drewermann, teólogo e psicanalista alemão – Freitag. Die Ost West Wochenzeitung, Berlim – 23-5-03.

“Cooperação sem coabitação” – Rafael Biesla, novo ministro das relações exteriores da Argentina, descrevendo a substituição das relações carnis com os Estados Unidos de Carlos Menem – Página/12 24-5-03.

“Não há caminhos para a paz. A paz é o caminho” – Franz Hinkelammert, economista alemão radicado na Costa Rica, autor de inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português – Freitag. Die Ost West Wochenzeitung, Berlim, 23-5-03.

Alca e o Brasil

“Não é favorável a um país em desenvolvimento com as características do Brasil participar de uma área de livre comércio com economias muito mais desenvolvidas e mais poderosas. E muito menos interessa ao Brasil participar com as características que a Alca tende a tomar a partir da concepção americana. O projeto é muito abrangente, envolve muitas restrições à política econômica brasileira e, ao mesmo tempo, cria benefícios duvidosos” – Paulo Nogueira Batista Jr, economista, professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo – IstoÉ 28-5-03.

Alca é inconstitucional

“Constitucionalmente a implantação da Alca é impossível, pois segundo o artigo 219 da Constituição brasileira, o mercado interno é patrimônio inalienável da nação brasileira o que não é a mesma coisa que patrimônio da União” – Américo Masser Lacombe, advogado constitucionalista – Gazeta Mercantil, 23-5-03.

“O tratado que estabelece a Alca é inconstitucional pois estamos lidando com Estados que possuem sérias diferenças econômicas, sociais e políticas. Logo há desrespeito à igualdade entre Estados” – Flávia Piovesan, advogada – **Gazeta Mercantil**, 23-5-03.

“A Alca contraria a Constituição, pois o tratado coloca em risco o princípio da soberania nacional” – Paulo Bonavides, constitucionalista – **Gazeta Mercantil**, 23-5-03.

“Serviços, visto genericamente, pode-se incluir serviços públicos terceirizados, educação e saúde. Pela Constituição, são serviços públicos por natureza no podendo ser objeto de negociação, mas está previsto na proposta da Alca”- Dalmo Dallari, constitucionalista – **Gazeta Mercantil**, 23-5-03.

DEU NOS JORNAIS

Verdes e vermelhas

“A física e filósofa indiana Vandana Shiva, famosa pelas críticas ao sistema econômico mundial, pediu um encontro reservado com Marina Silva (Meio Ambiente). Elas vão se reunir hoje”. Deu na Folha de S. Paulo 23-5-03.

Kit assassino

“Nem a morte livra as pessoas de estereótipos. Como bem lembrou o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, ao falar no Fórum Nacional, no Rio de Janeiro, certos policiais andam com o "kit assassino". Têm sempre ao alcance um revólver e um pouco de droga, que, em caso de morte de civil, podem ser colocados nas mãos da vítima para forjar sempre a mesma justificativa: traficante morto em confronto com a polícia. E a vítima tem, nas palavras do secretário, "endereço, gênero, cor e idade". O morto típico é um jovem favelado do sexo masculino, negro, que tem entre 15 e 24 anos. Os números são de fato estarrecedores. Em 1980, a taxa nacional de homicídios entre jovens era de 17,2 por 100 mil habitantes; em 90, saltou para 38,8; e, em 99, para 48,5. Apenas dois países matam mais jovens que o Brasil: a Colômbia e Porto Rico. Os EUA, que não são exatamente um país pacífico, têm índice de 14,6. Os números brasileiros são comparáveis aos de países em guerra”.

(Deu na Folha de S. Paulo, 24-5-03)

Escândalo militar e midiático nos EUA

Desfaz-se a heróica história da jovem soldado Jessica Lynch, 19 anos, resgatada no Iraque, quando caíra numa emboscada e que foi apresentada como uma heroína de guerra. Agora a BBC diz que tudo foi uma grande palhaçada para distrair o público. É o que narra com detalhes artigo publicado no The Washington Post e The Guardian e traduzido pelo jornal argentino Clarín 24-5-03. Para John Kampfner, velho jornalista, trata-se de “uma das mais impressionantes obras de manipulação da notícia jamais concebida”.

Saramago e a Universidade

José Saramago, prêmio Nobel de Literatura, nunca frequentou uma universidade. É o que conta o jornalista Juan Arias, no livro **José Saramago: o amor possível**, recém-lançado na XI Bienal do Livro do Rio de Janeiro. Deu no O Globo 24-5-03.

LOS SERTONES - de Euclides Da Cunha

“Clássico da literatura nacional do Brasil, é reeditada em espanhol pela FCE do México”, noticia o jornal **Clarín** 24-5-03. Afirma o jornal: “A missão deste livro reverenciado no Brasil, parece abrir aos próprios estrangeiros a compreensão dos contrastes e complexidades do Brasil. Tão cativante na tradução como em sua forma original, Os Sertões, reaparece aos cem anos da sua primeira edição. O prólogo de Florencia, “Pueblo sin Estado: Los sertones y el imaginario moderno”, atualiza a obra”.

Nota: Os Sertões de Euclides da Cunha é o tema da próxima seção do Ciclo de Estudos sobre o Brasil a ser realizado no dia 5 de junho.

Zaffari em São Paulo – venda para um grupo estrangeiro?

A rede gaúcha Companhia Zaffari abrirá um supermercado em São Paulo, o primeiro fora do Rio Grande do Sul. Localizado na Avenida do Oratório, zona leste da capital, o projeto está sendo finalizado, informou a empresa. Com faturamento de R\$ 1,040 bilhão em 2002, que a colocou em 7.º lugar no ranking do setor, a rede é considerada modelo na prestação de serviços ao cliente. A chegada da empresa a São Paulo pode estar relacionada à intenção da família Zaffari de vender o negócio a um grupo estrangeiro. A unidade na maior cidade brasileira tornaria a empresa mais atrativa. Deu no **Estado de S. Paulo** 24-5-03.

Doux Frangosul frea produção e demite

Pressionada por custos de produção ainda elevados e pela imposição de cotas de importação de frango pela Rússia, a Doux Frangosul desativou, em abril, um dos turnos de produção em sua unidade de Montenegro, RS, e está estendendo os prazos de pagamento aos fornecedores de milho e farelo de soja. A desativação do terceiro turno já provocou a demissão de 200 funcionários de um total de 2,5 mil. Deu no jornal **Valor Econômico**, 19-5-03.

Conciliábulo de magnatas latino-americanos

Dez dos homens latino-americanos de negócios que juntos possuem 25 bilhões de dólares, o equivalente a 4% do PIB mexicano, se reuniram na Cidade do México nos dias 23 e 24 de maio. Eles foram convocados pelo magnata mexicano Carlos Slim Helú. A revista **Forbes** qualificou o encontro de “sociedade secreta de Carlos Slim”, pois a reunião se realiza sob o mais estrito sigilo. Os homens de negócio são empresários dos meios de comunicação, serviços financeiros e firmas industriais da América Latina. Deu no jornal mexicano **La Jornada**, 24-5-03.

A Alca e o Brasil

Paulo Nogueira Batista, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, estará publicando o trabalho, numa linguagem estritamente técnica, “A Alca e o Brasil”, de 350 páginas, na edição, que circula a partir de agosto, da *Revista de Estudos Avançados*, do instituto de mesmo nome da Universidade de São Paulo. Deu na revista **IstoÉ**, 28-5-03.

“Éramos 200 mil metalúrgicos na década de 80, hoje somos 100 mil. A Volkswagen já chegou a ter 43 mil empregados, hoje tem 15 mil. Qual a diferença? Naquela época, a empresa fazia Fusquinha, TL e o Zé do Caixão (um sedã de quatro portas que saiu

em 1969 e até hoje tem admiradores). Se ficasse nisso, hoje não teria mais nenhum trabalhador. O produto que está no mercado hoje força um novo processo produtivo" – constata o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo. Hoje a produtividade por trabalhador é três a quatro vezes superior. A indústria produzia 700 mil veículos e, em 1997, chegou a 2 milhões. Agora, com o mercado em crise, está em torno de 1,6 milhão. Hoje as montadoras empregam 82 mil trabalhadores, mas é bom lembrar que quando a VW tinha 43 mil empregados ela era totalmente verticalizada, diz Feijóo. Deu no **Estado de S. Paulo**, 25-5-03.

EVENTOS IHU

IHU IDÉIAS

A próxima edição do **IHU Idéias**, e a última deste mês de maio, será realizada no dia 29, das 17h30min às 19 horas, na sala 1C103, e terá como tema *A educação para a paz: sentidos, tensões e dilemas*. Quem conduz a reflexão com o público é o prof. Dr. Marcelo Rezende Guimarães, professor na Escola Superior de Teologia Franciscana (Estef). Marcelo Rezende Guimarães é o autor da tese de doutorado em Educação intitulada **A educação para a paz na crise da metafísica: sentidos, tensões e dilemas**. A defesa aconteceu no dia 23 de janeiro, na Faculdade de Educação da UFRGS. A tese, de 470 páginas, foi orientada pela Prof^a Dr^a Nadja Hermann. Trata-se da primeira tese sobre essa temática. Marcelo R. Guimarães é coordenador da ONG Educadores para a Paz . **IHU On-Line** conversou com Marcelo Guimarães a respeito de sua tese e publicou a entrevista na edição 51, de 17/3/2003.

Confira a programação do IHU Idéias para o mês de junho:

05/06/03 – “DNA: potencialidades e polêmicas 50 anos depois” - Profa. Dra. Jaqueline Josi Sama Rodrigues – Professora na Unisinos

12/06/03 – “A política que passa pelos costumes: a TV como porta de acesso à cultura brasileira da política” – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro – Professor na USP

26/06/03 – “José Martí: filho do mundo colonial e precursor do anti-imperialismo” – Prof. Dr. Werner Altmann - Professor na Unisinos

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

O Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo, de abril a outubro de 2003, o *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. No evento, serão abordados textos clássicos como Gilberto Freire, **Casa Grande e Senzala**; Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**; Caio Prado Junior, **Formação do Brasil Contemporâneo**; Florestan Fernandes, **A Formação Burguesa no Brasil**; Celso Furtado, **A Formação Econômica do Brasil**; e Euclides da Cunha, **Os Sertões**.

Uma programação audiovisual e musical acompanhará todo o ciclo. As próximas edições, encerrando a primeira etapa correspondente ao primeiro semestre de 2003, acontecem nos próximos dias 5 e 12 de junho, conforme esquema a seguir:

5 de junho – **Os Sertões**, de Euclides da Cunha – com a profa. Dra. Márcia Lopes Duarte, na sala 1C103, das 14h às 17h.

12 de junho – A construção do Brasil: idéias sobre a identidade nacional – com o prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, no Auditório Maurício Berni, Centro de Ciências Jurídicas da Unisinos, das 20h às 22h.

ABRINDO O LIVRO

A próxima edição do Abrindo o livro acontece no dia 29 de maio, na Sala de Seminário 2 da Biblioteca da Unisinos, das 19h30min às 22 horas. O livro a ser apresentado é História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides. Quem estará a frente da explanação é o prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Vargas é Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo, USP e Mestre em História, pela UFRGS.

“História e tradição: a guerra dos peloponésios e atenienses”, de Tucídides

Por Anderson Zalewski Vargas

A obra do historiador grego Tucídides (430?-400?) instaurou, na tradição histórica ocidental, imperativos como os da verdade –ligada à delimitação e eliminação do mítico-, da precisão, da austeridade do historiador. Objetos de polêmicas interpretações e discussões já na Antigüidade, retomados e reinterpretados a partir do Renascimento, tais princípios são presença obrigatória nos debates historiográficos contemporâneos, mesmo que sua origem e história sejam ignorados pela maioria dos debatedores. O texto de Tucídides padece do desinteresse de seus herdeiros, destino semelhante ao de boa parte da tradição contribuinte, para a criação de uma modernidade que, paradoxalmente, tornou suspeita ou proscrita a idéia de herança. Analisada e observada com cuidado, contudo, a escrita tucididiana revela apenas os primeiros momentos de princípios tão caros a nossa consciência histórica, mas uma obra rica e complexa, capaz de fazer da guerra um fenômeno fundamental para a reflexão sobre as constantes e as vicissitudes da ação humana, bem como sobre o caráter precário de suas criações.

HUMANITAS ARTE

A arte é um momento singular na história capaz de revelar a relação humana com a sensibilidade ou recriá-la. Diante da pressa comum em nossos dias que impede a atenção do olhar e a experiência estética que nos abre para o significado das coisas, o projeto **Humanitas Arte** oferece à comunidade acadêmica e regional um momento de contemplação e reflexão sobre as artes plásticas e visuais: que as artes possam valer como antenas do processo social e histórico onde se situa o humano e alçá-lo para o significado amplo da vida como um todo.

Exposição da artista plástica Maria Tomaselli

Abertura: 21/05 - 17h

Período: 21/05 a 15/06

Horário: 8h às 22h

Local: Galeria Cultural da Biblioteca

Promoção: Centro 1/ IHU e PPG em Filosofia

Bate Papo com a artista

No dia 28 de maio, às 18h, haverá um momento de conversa informal com a artista Maria Tomaselli sobre sua obra. O evento acontecerá na Galeria Cultural da Biblioteca.

Maria Tomaselli (Innsbruck, Tirol, Áustria, 1941), estudou filosofia na Áustria, veio para o Brasil em 1965. Estudou pintura com Iberê Camargo; escultura com Xico Stockinger; gravura com Eduardo Sued, Danúbio Gonçalves, Ana Letycia Quadros; co-fundou a Oficina Guaianases/Olinda, o MAM - Atelier de Gravura/Porto Alegre e o jornal Então. É colaboradora do jornal Zero Hora (RS), Segundo Caderno onde atua como cronista cultural. Expôs em vários países e é um dos nomes fundamentais da arte contemporânea brasileira.

A ARTE DE MARIA TOMASELLI: O ETERNO NO INSTANTE

Por Marcia Tiburi

Mais do que técnica, mais do que fato, que expressão, mais do que linguagem, sem deixar de ser tudo isso, a obra de arte é experiência. Pode-se dizer que na vida experimentamos tudo, que o mundo, a existência, nosso cotidiano é algo de que fazemos a experiência. Walter Benjamin dizia que a experiência verdadeira é aquela em que fazemos uma viagem de nós mesmos até as coisas. Depois é preciso contar aos outros, narrar o sentido captado para outros atingindo o momento impessoal e universal do que pode ser expresso. Para contar precisamos usar uma linguagem, ou criarmos nossa própria linguagem: então temos a arte e, por isso, cada um que olhe e descreva seu olhar na forma de uma obra, um objeto expressivo e significativo, pode ser artista. A "Cabeça" de Maria Tomaselli é "a captação faustiana do momento eterno", diz a artista. Fausto, completa ela, fez o pacto com o diabo e disse que venderia sua alma no momento em que pudesse dizer isso, em que pudesse captar a eternidade no instante. O tema do "repouso", da "não ação", o "contrário do mundo tv", o "silêncio", a "eternidade", são as palavras que ela usa para determinar as sensações emitidas por suas imagens. Uma cabeça decapitada. Uma cabeça longe de seu corpo. Ela dispensa o corpo para afirmar a plenitude da contemplação, assim como dispensa o movimento para apoiar a plenitude do instante. A presença da ausência do corpo define a obra de arte como invocação do corpo em promessa. Toda obra é essa ausência que ilumina do olhar sem brilho para a imagem do mundo que a confirma. O olho assimétrico, o pescoço giacomettiano, esguio, a órbita arrancando-se de seu lugar para um longe guardado no silêncio metálico.

Há uma história da arte como história de corpos longe de suas cabeças (toda a temática das decapitações), mas a cabeça, na simetria/assimétrica do bronze patinado em verde, espera a ação do tempo para confirmar a cabeça sem corpo. Eterno é o olhar. O olhar inventa o eterno. O tempo será a tinta que virá a dar-lhe outras tonalidades. Outras tintas feitas de olhares darão matizes vários a essa cabeça feita para lembrar todas as cabeças: o tempo dado pelo ambiente da Unisinos, sob os olhares e a chuva, o frio do tempo será a face avessa ao calor do pensamento. Qual verdade virá para lapidar a cabeça que vai morar na beira do lago, guardando as águas sob o silêncio eterno do metal? A clarabóia vítrea que a recebe no prédio da biblioteca já impõe uma nova vida ao espaço. Aqui a obra parece morrer, aqui a obra começa a viver. No olhar alheio, no mistério visto. Quem vemos? O que nos olha desde essa distância de bronze? Mais do que uma cabeça como símbolo, é a alegoria da cabeça para nos fazer pensar que é preciso pensar. A obra de arte é um meio de reflexão, instante que interrompe a passagem, que me faz perguntar, o que essa cabeça faz onde está. O que sou onde estou? O que é esse mundo, esse espaço que ela contempla?

Grupo de discussão sobre ética

A área de concentração Ética, Cultura e Cidadania está promovendo um evento para contribuir com a formação integral dos alunos, a fim de que, como cidadãos e profissionais, sejam

agentes de transformação da sociedade. O evento pretende criar um espaço de debate, transmissão, aprofundamento e troca de conhecimentos e experiências acerca de fatos e temas de ética, relacionados às linhas temáticas do Instituto Humanitas Unisinos.

Programação

Dias: 26/05; 09, 23/06 e 07/07/2003.

Horário: das 17h30min às 19h.

Duração: 6 horas.

Local: Sala 1C103 - Centro de Ciências Humanas.

PROGRAMA

Dia 26/05 Paz.

Dia 09/06 Violência social e psicológica.

Dia 23/06 Ser ético, a consciência moral e a crise de valores.

Dia 07/07 Bioética - avanços científicos da genética.

COORDENADOR

Prof. Laurício Neumann.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Conjuntura Brasileira e a Ausjal

No dia 19 de maio, Inácio Neutzling, coordenador do IHU, proferiu uma palestra para os participantes da XIII Assembléia Geral da Associação das Universidades Confiadas à Companhia de Jesus na América Latina – AUSJAL – reunidos na Unisinos. O tema foi: A conjuntura brasileira a partir da eleição de Lula Presidente.

No dia 20 de maio, dentro da programação do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, foi lançado o sítio do Instituto Humanitas Unisinos. Ele é atualizado diariamente. Lá já podem ser consultados todos os 60 números do IHU On-Line. A programação do IHU, atividades além dos contatos podem ser consultados e feitos pelo sítio cujo endereço é: www.ihu.unisinos.br

A discussão da possibilidade de uma revista

No dia 23 de maio, a coordenação do IHU, esteve reunida com o Pe. Guido Kuhn, superior provincial e presidente da mantenedora da Unisinos, Pe. João Roque Rohr, superior provincial do Brasil, Dr. Prof. Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos, Prof. Sérgio Endler, vice-diretor do Centro de Ciências da Comunicação, Profa. Dra. Berenice Corsetti, vice-diretora do Centro de Ciências Humanas, Dr. Pe. Martinho Lenz, assessor da CNBB nacional, Cesar Sanson, André Langer e Darlin Sampaio, pesquisadores e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat – de Curitiba e Thierry de Guertechin e Bernard Lestienne do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades) para discutir a carta de intenções de uma possível revista de opinião a ser editada.

Simpósio Internacional de 2004

No dia 23 de maio, a coordenação do IHU, convocou uma reunião para discutir a possibilidade da realização de um Simpósio Internacional, em maio de 2004, tendo como tema **O lugar da Teologia na Universidade do Século XXI**. Participaram da reunião, além da coordenação do IHU, o Pe. Guido Kuhn, superior provincial e presidente da mantenedora da Unisinos, Pe. João Roque Rohr, superior provincial do Brasil, Dr. Prof. Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos, Profa. Dra. Berenice Corsetti, vice-diretora do Centro de Ciências Humanas, Dr. Pe. Martinho Lenz, assessor da CNBB nacional, Cesar Sanson, André Langer e Darlin Sampaio, pesquisadores e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat – de Curitiba, Pe. Geraldo Kolling, diretor do Centro de Espiritualidade Cristo Rei – Cecrei -, Prof. Dr. Pe. José Roque Junges, professor do Centro de Ciências da Saúde, a Profa. Dr^a Cleide Rohden, professora do Centro de Ciências Humanas, Profa. Dr^a Valburga Schmiedt Streck, professora e pesquisadora do PPGCSA e articuladora do grupo temático Juventude do IHU, Haide Maria Hupffer, Diretora de Extensão.

INTERATIVO

Cartas do Leitor

Parabéns!

E aí galera do Humanitas! O site de vocês tá muito bacana, show de bola! Bem criativo, super clean, super diferente, ousado e inovador. Mais uma vez o IHU faz a frente na universidade quando o assunto é liderança!
Júlio

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é o boletim semanal do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) com uma versão eletrônica enviada por e-mail nas segundas-feiras, ao meio-dia, e uma versão impressa que é distribuída, no final da tarde de segunda-feira, internamente na Universidade. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Coordenadora adjunta: Prof^a Ms. Vera Regina Schmitz. Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaño e Graziela Wolfart. Revisão: Mardilê Friedrich Fabre. Fone: 5903333 ramal 1173 ou 1195. E-mail: lhuinfo@poa.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS